

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVI Agosto 2000 Nº 300 Preço 140\$00

• Lar Militar

Direcção Nacional toma posição face à situação actual do Lar

página 8

• "Diário de Guerra"

Soldado Etelvino Baptista publica as suas vivências da Guerra Colonial

página 14

• Conselho Nacional

Delegação de Lisboa vai entrar em funcionamento até Junho de 2001

página 8

• Concurso de Pesca

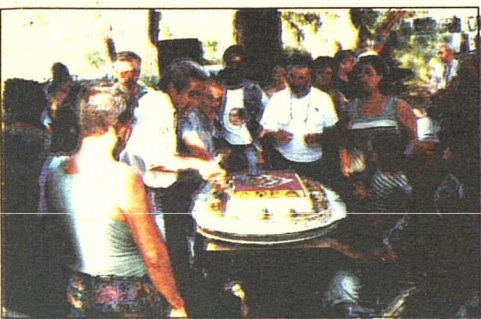
Associado Vítor Oliveira vence prova realizada em Coimbra

página 4



PORTE PAGO

Setúbal Tradicional sardinhada foi um sucesso



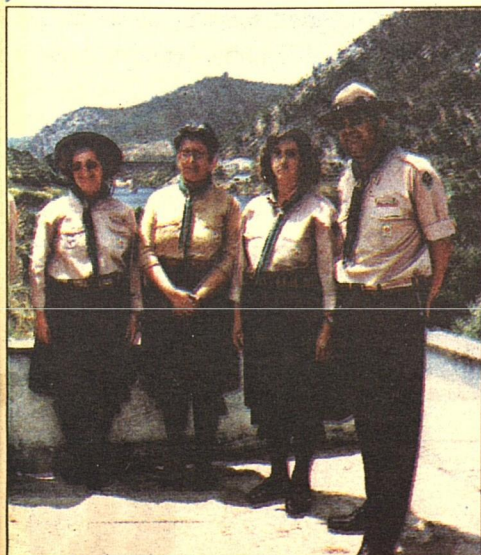
página 6

Cascais Mais acessibilidade nas praias da Linha



página 15

Reportagem Associado dinamiza jovens escuteiros



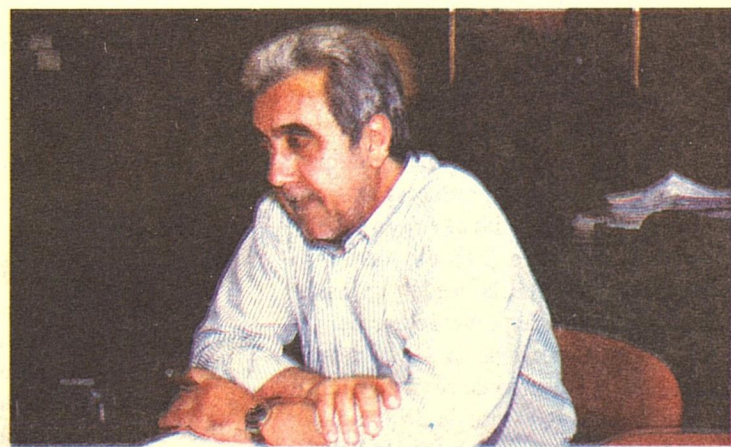
página 9

Eleições a 28 de Outubro

Associados querem lista com apoio nacional

páginas 10, 11, 12 e 20

Entrevistas com os presidentes da DN e do CFN



ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 28º e 29º dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no dia 28 de Outubro de 2000 (Sábado), das 09h00 às 19h00 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 2000-2003.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede Nacional, nas instalações das Delegações e noutros locais decididos pelas Mesas de Assembleia Geral de Delegação e ainda nos Núcleos existentes.

Nota: O prazo para apresentação de listas termina às 18h00 do dia 25 de Setembro de 2000.

O Presidente da MAGN
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício

ADFA participa em passeio de Cicloturismo

Conforme foi noticiado no ELO de Junho, a equipa da ADFA participou no passeio de Cicloturismo que decorreu entre a Aldeia da Luz e a cidade de Évora, no dia 25 de Junho.

Várias situações contribuíram para o êxito deste passeio, tais como o dia fresco que se fez sentir, o bom estado do percurso, a boa organização e o prazer de estar no Alentejo, em que o piso é plano - elemento essencial para a prática do Cicloturismo.

Para quem não sabe, este desporto de lazer pratica-se num andamento de passeio, a cerca de 20 km horários, havendo normalmente uma paragem a meio do percurso, para que seja distribuído um lanche. Mesmo assim não dispensa que os cicloturistas estejam minimamente treinados, pois há passeios que excedem os 100 km num só dia.

A equipa da ADFA esteve à altura do acontecimento, pois conta com alguns atletas que também fazem competição, e ainda teve como reforço os nossos associados Manuel Raimundo, de Vila Nova de Mil Fontes, e Florentino Valadas e Manuel Lourenço, que pertencem à Delegação de Évora. Os elemen-

tos da equipa da ADFA mostraram-se satisfeitos por terem participado. Luís Baltazar, outro dos associados que participaram, só não gostou do empedrado dentro da cidade. O associado José Diniz, também de Lisboa, mostrou-se "satisfeito com todo o percurso". José Santos, o que mais gostou foi do almoço.

A equipa sentiu-se bem apoiada pois a carrinha da ADFA acompanhou o pelotão, conduzida pelo associado João Nobre, sendo este tipo de apoio considerado pelos participantes como "imprescindível, pois pode haver avarias irremediáveis na bicicleta", ou seja, "em caso de furo - que neste caso é o que acontece com mais frequência - se seguir atrás do pelotão uma carrinha com rodas suplentes, a tarefa está facilitada, pois em vez de se mudar a câmara de ar muda-se a roda".

A meta foi colocada em frente ao restaurante "Pátio Alentejano", em Évora, onde depois do banho foi servido um almoço para quem assim optou.

Mais uma vez, a equipa da ADFA foi contactada por alguns associados que também participaram no evento, alinhando por outras



JOSÉ LOURENÇO

equipas, normalmente da zona onde moram. Estes elementos devem dirigir-se à Delegação da sua área e manifestar o seu interesse, para que esta, se achar conveniente, formar núcleos para a prática desta modalidade. Como é do conhecimento dos participantes, só foi possível à Sede adquirir 12 equipamentos que foram distribuídos aos primeiros a inscrever-se. A distribuição de novos equipamentos depende essencialmente do surgimento de novos patrocínios. •

Farinho Lopes

Breves

ADME - rectificação de informação

Ao contrário do que foi publicado na última edição do ELO, através de informações originárias da Delegação do Porto, na página 13, sobre as comparticipações ADME, o Departamento de Apoio aos Sócios (DAS) da Sede Nacional informou o ELO de que se mantém a situação de recibos válidos para o ano civil a que respeitam, podendo ser submetidos a comparticipação até Fevereiro do próximo ano. •

ADMA - Cartão de Utente SNS

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 52/2000, de 07 de Abril, a apresentação do cartão de identificação de utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é obrigatória sempre que os beneficiários da Assistência na Doença aos Militares da Armada (ADMA) utilizem os serviços das instituições e serviços integrados no SNS ou com ele convencionado.

No entanto, a não identificação dos beneficiários da ADMA com o cartão de identificação de utente do SNS não pode, em caso algum, determinar a recusa de prestações de saúde.

Aos beneficiários da ADMA continua a não ser cobrada, com excepção das taxas moderadoras, quando devidas, qualquer importância relativa às prestações de saúde quando devidamente identificados com o cartão de utente do SNS e o cartão de beneficiário da ADMA, entidade responsável pelo pagamento dos respectivos encargos.

Todos os beneficiários da ADMA deverão providenciar a obtenção do respectivo cartão de identificação de utente do SNS, o qual é emitido pelos serviços competentes da administração regional de saúde da área da sua residência. •

Língua Gestual Portuguesa

A Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa está a promover cursos de Língua Gestual Portuguesa, na sua sede, na rua Nova da Trindade, 22-1.º - 1200 Lisboa.

Os interessados em participar podem telefonar para o número 21 347 8609, enviar um fax para 21 347 8652 ou um e-mail para ailgp@mail.telepac.pt. •

Carta sobre acessos

O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) informou a ADFA de que havia recebido da Conferência Europeia dos Ministros dos Transportes (CETM) a Carta sobre o Acesso aos Serviços de Transportes e Infra-estruturas, que, segundo os representantes do SNRIPD, "constitui o testemunho do compromisso político europeu face à criação de uma rede de transportes e respectivas infra-estruturas totalmente isentas de barreiras arquitectónicas e que visa a integração da pessoa com deficiência e incapacidade, porque assegura a sua plena acessibilidade."

O SNRIPD realçou a importância e actualidade dos princípios expressos na Carta, bem como a sua projecção no futuro, já que são determinantes para a vida autónoma, em plena cidadania, dos cidadãos portadores de deficiência. •

APD organiza colóquio

A Delegação Distrital de Évora da Associação Portuguesa de Deficientes (APD) realizou o Colóquio "Associações de Deficientes - Estratégia para a Integração Social", no passado dia 15 de Julho, na Junta de Freguesia de Santa Maria, em Estremoz. A ADFA esteve representada no evento pelo associado Inácio Grazina, presidente da Mesa

da Assembleia Geral da Delegação de Évora.

O debate teve a sua razão de ser na controvérsia gerada pela regulamentação da Lei n.º 127/99, de 20 de Agosto, e foi por isso que a Delegação da APD julgou "oportuno e importante promover um debate plural, aberto, rigoroso e objectivo a propósito da complexa problemática das organizações de deficientes." •

Paralímpicos Sydney 2000

"O desenvolvimento de uma política de franco apoio e de estímulo à representação portuguesa nos Jogos Paralímpicos que se realizarão em Sydney, de 19 a 28 de Outubro deste ano", foi o propósito da cerimónia de assinatura de um contrato-programa celebrado entre o Instituto Nacional de Desporto, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), no dia 14 de Julho, no Centro de Medicina Desportiva do Estádio Universitário.

Na cerimónia salientou-se a colaboração estabelecida entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e a Secretaria de Estado do Desporto, sendo presidida pelo secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, e pelo secretário de Estado do Desporto, Vasco Lynce de Faria.

A celebração deste contrato-programa "vem na sequência do reconhecimento, por parte do Governo, de que o desporto representa para a pessoa com deficiência um importante contributo para a sua integração psicológica e social na sociedade", lembrou Vitorino Vieira Dias, secretário Nacional para a Reabilitação.

Portugal vai ser representado em Sydney com 53 atletas, em sete modalidades, o que traduz um aumento "recorde" do número de atletas portugueses nos Paralímpicos, considerando que nos Jogos de Atlanta, em 1996,

Agenda

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Setembro, dia 7, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Setembro, dias 2 e 16, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Setembro, das 9h00 às 12h00.

Passeio anual

De 16 a 20 de Agosto, a Delegação do Porto realiza um passeio anual, que desta vez vai ter como destino Picos da Europa e País Basco.

Visita ao Museu

No dia 26 de Agosto, Sábado, os associados da Delegação de Viseu vão a Famalicão visitar o Museu da Guerra Colonial.

Convívio em Alcobaca

No dia 30 de Setembro, Sábado, o Núcleo de Alcobaca organiza um convívio associativo com jogos tradicionais, com início pelas 10h00. O local onde vão reunir-se os associados e amigos é o Arraial de S. João, na localidade de Capuchos, Alcobaca.

Acto eleitoral

No dia 28 de Outubro, Sábado, realiza-se a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária para eleger os Órgãos Sociais Nacionais e Locais para o triénio de 2000-2003.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional solicitou às Mesas da Assembleia Geral das Delegações e às Direcções de Núcleos que informem sobre a localização das mesas de voto, que funcionem nas respectivas sedes, para serem publicados no ELO.

A MAGN informou ainda que o prazo para apresentação de listas termina às 18h00 do dia 25 de Setembro de 2000.

O ELO corrige

Por lapso, publicou-se na última edição do ELO uma notícia referente ao livro de Jerónimo Nogueira assinada por Nuno Santa Clara, em vez de, como seria correcto, publicar o artigo com a assinatura de Rafael Vicente. •

apenas participaram 35 atletas, em quatro modalidades. •

Exposição Colectiva

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID) organizou uma exposição colectiva dos trabalhos dos jovens do Zambujal e dos utentes daquela instituição, na Sala do Vead, no Museu Nacional de História Natural, em Lisboa.

Na exposição está patente o produto do projecto integrado "Oficina de Artes", com o intuito de divulgar os trabalhos nas áreas de Pintura, Cerâmica, Madeira e Tecelagem.

A exposição está patente de 14 de Julho a sete de Agosto. •

R.V.

ELO

PROPRIEDADE Associação dos Deficientes das Forças Armadas • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com • ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECTOR António Carreiro REDACÇÃO Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, Jgs é Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Lia Katoli, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Patuleia Mendes, Rogério Rodrigues e Sá Flores. CONCEPÇÃO GRÁFICA Maquetagem João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO Imprejournal Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Depósito Legal: 99595/96 - Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal. ASSINATURA ANUAL 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente, as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 10 000 exemplares

Episódios



José Diniz

O Milagroso

Naquela época (anos 50) não foi difícil ao jovem estudante de Medicina "livrar à tropa", ficando, assim, mais à vontade para acabar o curso e gozar a boémia coimbrã.

Os anos passaram e, um dia, em meados dos anos 60, o nosso doutor, já trintão e lançado no exercício da clínica, recebe uma convocação para se apresentar no seu distrito de recrutamento.

- Mas o que é que eles querem agora se eu fiquei livre da tropa e pago religiosamente a taxa militar? - desabafa para os dois guardas republicanos portadores da missiva.

No DRM lá soube da triste notícia: tinham a informação de que já era médico e, por isso, ia ser reinspeccionado.

Como "em tempo de guerra não se limpam armas", o nosso doutor desta vez não se livrou da tropa e lá marchou a fazer um curso acelerado de oficiais milicianos. Poucos meses depois estava a caminho do norte de Moçambique como alferes médico de uma companhia.

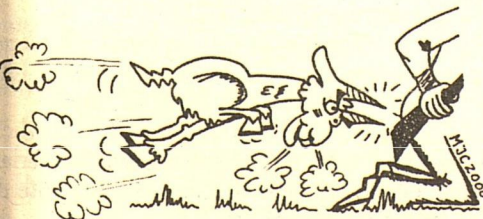
Desterrado naquele fim de mundo junto à fronteira com a Tanzânia, onde o tempo passava ainda mais lento que o Rovuma, o doutor A.R. era médico e psicólogo para todos aqueles jovens na mesma situação e granjeou junto da população civil a fama de milagroso, pois ultrapassava o feiticeiro local em "prodigiosas" curas. No meio daquele marasmo lamentava-se do tempo que estava a perder e perspectivava o que ia ter que reaprender quando regressasse.

Transmontano de boa cepa tinha o "vício" da caça e como a zona era supostamente calma, tratou de arranjar uma caçadeira. Quase todos os dias saía o arame farpado para dar uma volta pela beira do rio a fazer pontaria às rolas, às galinhas do mato ou a outra caça mais grossa que também abundava por ali.

Mas até este passatempo foi sol de pouca dura. Um dia a companhia recebeu a visita de um agente da PIDE que vinha colher informações de um grupo de refugiados que havia regressado da Tanzânia. Trazia como intérprete um ex-guerrilheiro da FRELIMO que se apresentara havia pouco tempo. Como hóspedes comiam na sala de oficiais e, durante um almoço, quando o à vontade já era maior, o ex-guerrilheiro foi contando algumas das suas experiências na mata. Às tantas, virando-se para o médico, disse:

- Há uns meses vim com o meu grupo fazer um reconhecimento aqui à zona e ao vosso quartelamento e quando estávamos além junto do Rovuma andava o Senhor Doutor à caça por ali bem perto. Como sabíamos quem o senhor era e que era muito bom para a população deixámo-lo andar descansado.

Fez-se silêncio e o nosso doutor engoliu em seco. A partir daquele dia nem ele nem mais ninguém da companhia se aventurou sozinho muito para além do arame farpado. •



Grande Plano



Outra forma de ser Herói



Jaime Ferreri

Pelos consultórios de psiquiatria passam hoje algumas dezenas de milhares de homens que aprendem de novo a ser heróis, a renegar os efeitos que, sem querer, herdaram da guerra, na violência gratuita com que lhes encheram os corações inibindo-os de ir a França e deixando-os ao abandono, um peso morto diluído no esquecimento da nação.

Considero-me português dos de costados inteiros com que se adorna o fervor luso. Só não divago sobre eles e sobre a honra infinita de meus pais me terem gerado nesta terra dado que, cá aqui, de improviso, por vontade deles e sem hipótese de manifestar, sobre o local de nascimento, qualquer tipo de opinião. Sou português, bati-me em África; só não adiro à pequena lusitaneidade com que a história nos limita. A minha pátria não é a que tem por fronteiras o risco que os fazedores da geografia nos impõem. Caminho mais ao encontro da pátria telúrica que a criação literária faz tocar os confins dos Pirenéus. Para mim, Portugal é mais Portugal se em vez de luso se definir como ibérico e cada vez mais a prolongar-se Europa fora.

No passado, não me envergonho, bati-me em África. Não me resta qualquer honra no embarque, na chegada à frente de combate. Era quase glória a luta pois os negros que me apontaram de inimigo tinham cada vez mais razão, eram cada vez mais senhores das terras que nos mandaram guardar. Servi o exército com honra porque este exército, ao contrário da opinião de certos publicistas, saiu honrado de África. Os pequenos desvios não podem, de forma alguma, ferir a instituição no seu todo. Aguentar treze anos de guerra, suportar os mortos, os feridos, as limitadas condições em meios e armamento é motivo de honra para o soldado português.

Soldado feito de sofreres mas também de ignorância e de valores cruzados entre a família e a religião. Soldado que o regime educara nas tradições do século passado para ser homem do século vinte. Soldado da enxada, dos calos na mão, da fome repartida na meia sardinha a pingar um naco de broa, quase azeda, com fermento a mais para resistir à invasão do bolor. Soldado que no regresso, com sorte, trocava a enxada e a espingarda que tomara de empréstimo por uma talocha em França. O que fazia falta era o dinheiro que no país rareava... era preciso procurá-lo nem que fosse na estranja, numa vida mais azeda que o pão, a golpes de picareta.

Deste pequeno país embarcava-se num vapor atafalhado de catres pelo porão. Fazia-se a promessa e esperava-se a sorte de escapar à bala traiçoeira do dedo trémulo e da mira quase vesga do atirador. Ainda hoje não percebo se era falta de jeito ou a dor da alma no sacrifício dum branco inocente... Depois, a monte, nas garras dum passador, para lá dos Pirenéus, era outra guerra, outro sofrer.

Era como se, de pequeninos, nos marcassem heróis pela ignorância ou por valores que nem ousámos pôr em causa. Mas a guerra foi-se prolongando também nos homens, despertando as consciências e o sentido da vida no peso constante da morte a morar ao lado. Ser herói começava a ser, antes do mais, um pacto contra a morte, contra a guerra, contra o poder que em Lisboa se prolongava na cegueira duma vitória impossível. O exército dos primeiros contingentes ia evoluindo, criando uma alma, aprendendo a chorar os mortos que deixava pelas picadas e pelo capim. Ser herói era cada vez uma forma de sobreviver, ser herói era afirmar-se sem peso na consciência, era regatear a ordem quando se pressentia injusta. Ser herói era regressar, era informar, era dizer quão injusto era o combate... Nem que para isso fosse preciso esperar anos, exorcizar Wiriamu. Pelos consultórios de psiquiatria passam hoje algumas dezenas de milhares de homens que aprendem de novo a ser heróis, a renegar os efeitos que, sem querer, herdaram da guerra, na violência gratuita com que lhes encheram os corações inibindo-os de ir a França e deixando-os ao abandono, um peso morto diluído no esquecimento da nação. •

Editorial

Sem pés
nem cabeça



António Carreiro

Desde sempre a ADFA tem lutado pela diferenciação entre militares e funcionários públicos. Não é aceitável tratar os militares em igualdade de circunstâncias com os restantes funcionários da Administração para efeitos de ressarcimento de danos. Isto vimos dizendo ao longo dos anos; por outro lado, muito temos pugnado pelo conceito indemnizatório das pensões dos deficientes militares. Este é agora claramente reconhecido no diploma que vem regular os acidentes e doenças profissionais na Administração Pública.

No que se refere à grande diferença do estatuto funcional já a mesma é reconhecida em lei, desde há muito, mas parece que poucos a lêem. Tal encontra-se bem descrito na Lei de Bases da Condição Militar, onde se estabelece que a condição do militar tem uma natureza própria que se distingue "de modo claro e indiscutível" da dos demais servidores do Estado. Lutar pela Pátria com o sacrifício da própria vida, estar sujeito aos riscos das missões militares, ter permanente disponibilidade para o serviço em qualquer tempo e lugar, ver restringidos alguns direitos e liberdades e estar sujeito a uma disciplina rigorosa e específica são razões fundamentais para esta diferenciação.

Muito tem a ADFA tentado mudar o que está mal por não se atender a esta condição. Mas tem sido difícil sermos ouvidos.

Nos incentivos que estão a ser criados para atrair voluntários para as Forças Armadas prevê-se uma condição preferencial de ingresso na Função Pública. Tal previsão já mereceu do presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado o seguinte comentário eloquente: «não tem pés nem cabeça considerar os militares funcionários públicos». Mais foi explicitado que as funções de cariz militar não têm equivalência na Administração Pública.

Efectivamente o risco e as condições da prestação do serviço militar são substancialmente diferentes.

Porém no que se refere a acidentes militares tal não tem sido seguido nomeadamente no carácter indemnizatório das pensões e na contagem do tempo de serviço e, mais grave, na nova lei dos acidentes em serviço da Função Pública.

Realmente não tem pés nem cabeça. •

Convívio desportivo em Coimbra

RAFAEL VICENTE



A prova foi aberta a diversas instituições

Vítor Oliveira, associado da ADFA e membro da Secção de Pesca da Delegação da ADFA em Coimbra, foi o vencedor, com 340 pontos, do 15º Concurso de Pesca Desportiva de Rio para Deficientes, realizado no Choupalinho, em Coimbra, no feriado municipal do dia quatro de Julho.

Com a participação de outras instituições (Associação Portuguesa de Deficientes - Coimbra, Sinistrados do Trabalho e Centro de Recuperação de Arnes) a ADFA destacou-se pela organização, com o apoio do Inatel, desta prova em que apenas alinharam pescadores portadores de deficiência.

O feriado da Festa da Rainha Santa trouxe a Mário Dinis e a Manuel Lucas, ambos da ADFA de Coimbra, o segundo e terceiro lugares, respectivamente com 260 e 240 pontos.

Os peixes que o regulamento permitia apanhar eram as carpas e percas, os barbos, as bogas, escalos, entre outros, concentrando-se os 23 pescadores presentes em fisgar os peixes mais pesados para uma classificação melhor.

"A beleza e a quietude da paisagem também contribuíram para um dia bem passado, na companhia dos amigos da pesca", referiu Fernando Carvalho, que competiu pela ADFA de Lisboa.

Na prova estiveram também envolvidas as mulheres dos associados e dos participantes na prova, preparando toda a logística necessária para a realização da sardinhada que iria prolongar o encontro até ao final da tarde.

Depois de previamente sorteados e engodados os pesqueiros, os pescadores dedi-

caram-se à árdua tarefa de prender alguns peixes no anzol.

A prova terminou pela hora de almoço e os participantes ficaram assim classificados: 1º - Vítor Oliveira - ADFA, 2º - Mário Dinis - ADFA, 3º - Manuel Lucas - ADFA, 4º - Francisco Alves - Arnes, 5º - Zeferino Ribeiro - ADFA, 6º - Maria do Carmo - Arnes, 7º - Jorge Neto - ADFA, 8º - José António - Sinistrados do Trabalho e Paulo Neto - ADFA, 9º José Ferreira - Arnes, 10º - António Pereira - Arnes e Maria do Céu - Arnes, 11º - Eduardo Barbosa - Arnes, Inês Ramalho - APD, José Martins - ADFA e José

Sousa - Arnes, 12º - Alberto Moreira - ADFA. Classificaram-se com "grade" os seguintes pescadores: Arménio Freitas - Arnes, Fernando Carvalho - ADFA, Fernando Sousa - ADFA, José Pratas - Arnes, José Ramalho e Poeta Alexandre - ADFA.

O presidente da Direcção da Delegação da ADFA em Coimbra, Manuel Parracho, congratulou-se com a realização da iniciativa e com a adesão das instituições participantes. Destacou ainda que "para o ano, o encontro vai realizar-se noutro local, com organização do Centro de Recuperação de Arnes."

Antes da distribuição dos prémios, que chegaram para todos, Zeferino Ribeiro, da Delegação da ADFA em Setúbal, realçou o "importante papel das mulheres em eventos como este". Alertou ainda para a problemática do "stress de guerra" e para o acompanhamento constante assegurado pelas mulheres dos deficientes militares. "Apesar desta doença ser um tormento constante, é minorada com a participação em iniciativas deste tipo e sempre com a imprescindível ajuda das nossas mulheres e das nossas famílias", lembrou.

"A prova saldou-se com um bom convívio entre instituições, resultando num excelente momento desportivo", salientou Manuel Parracho, que lembrou que a Delegação de Coimbra é um pólo da ADFA que tem dinamizado "em grande" esta modalidade. •

R.V.



Os participantes também disfrutaram da calma e beleza da paisagem

Leiria já tem Núcleo da ADFA

No dia 1 de Julho 2000, foi empossada, pelos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação de Coimbra, a Comissão Instaladora do Núcleo da ADFA em Leiria, que ficou constituída com os associados Carlos Alberto Castanho Mendes dos Santos (n.º 1673), Rodrigo dos Santos Viana (n.º 7313), José Alberto Gaspar Antunes (n.º 3216), Fernando Marques Pedrosa (n.º 3174) e José Costa Oliveira Brites (n.º 4876).

Catarino Salgado, primeiro vice-presidente da DN, destacou que na cerimónia de tomada de posse da Comissão Instaladora estiveram presentes cerca de 50 associados da região, "o que representa uma boa percentagem dos associados residentes na área de Leiria, que são cerca de 250." O dirigente deixou ainda "os nossos agra-

decimentos à Cruz Vermelha Portuguesa em Leiria, pela cedência do espaço para as reuniões deste novo Núcleo."

No dia oito de Julho a Comissão Instaladora respondeu a uma entrevista na Rádio Batalha, "que redundou num êxito, avaliando os contactos que a partir daí foram feitos para o Núcleo", asseguraram os dirigentes da Delegação de Coimbra.

"Está, pois, de parabéns o Núcleo de Leiria", consideraram os associados presentes na inauguração do Núcleo, sendo também referido que "no próximo acto eleitoral, no dia 28 de Outubro, funcionará neste Núcleo uma mesa de voto."

Dias após a inauguração do Núcleo de Lei-

ria, o secretário nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, manifestou ao ELO a sua satisfação pelo facto de na sua terra natal ser criado um outro Núcleo da ADFA.

O novo Núcleo da ADFA em Leiria funciona dentro da área da Delegação de Coimbra e a Comissão Instaladora está a funcionar provisoriamente nas instalações da Cruz Vermelha Portuguesa, na rua Tenente Valadim, 2410-190 Leiria, todas as Segundas feiras, às 21h00, "pelo que todos os associados, para qualquer esclarecimento se podem ali deslocar", informou a Delegação de Coimbra. O contacto telefónico com o Núcleo de Leiria pode ser efectuado através do telefone 91 789 4730 e fax 24 482 6371. •

R.V.

Breves

Bragança

Férias da Delegação

A Delegação de Bragança informou que vai estar encerrada por motivo de férias entre os próximos dias 7 e 31 de Agosto. •

Coimbra

Núcleo de Aveiro

"Por cedência de um nosso camarada deficiente das Forças Armadas, Paulo Alexandre Soares Costa, foi encontrada solução provisória para o funcionamento e abertura normal do Núcleo de Aveiro", foi a informação veiculada pela Direcção da Delegação de Coimbra.

A sede do Núcleo de Aveiro fica situada em S. Bernardo (em frente ao supermercado Pingo Doce), na rua da Cabreira, n.º 153, perto do Café Yong's.

"Quem vem do lado do Pingo Doce, entra na estrada de S. Bernardo, corta na terceira rua à direita, na rua dos Barreiros. Ao fim desta rua encontra a rua da Cabreira", precisou a Direcção da Delegação de Coimbra.

No próximo acto eleitoral funcionará uma mesa de voto no Núcleo de Aveiro.

O contacto telefónico com o Núcleo pode ser efectuado através do telefone 91 777 0260 (S. Salgado). •

Fundos para a nova sede

Contribuíram, com os seus donativos, para a campanha de angariação de fundos para a nova sede da Delegação de Coimbra, os seguintes associados e amigos: Joaquim Oliveira, com 50.000 escudos; Mário Santos, com 45.000 escudos; Manuel Marques, 32.800 escudos; Manuel Parracho, 30.500 escudos; Luís Caceiro, com 20.000 escudos; Filipe Rateiro, 15.000 escudos; Armando Mendes, com 11.500 escudos; António Amado, com 10.800 escudos; José Calina, António Dias, António Figueiredo, José Brito com 10.000 escudos; Reinaldo Carvalhinho, com 9.000 escudos; João Vasconcelos, Rui Briot com 7.000 escudos; Almiro Correia, Francisco Vieira, Manuel Ribeiro, Manuel Quinteiro, João Costa, António Carvalho, Diamantino Silva, José Borges, José Araújo, 5.000 escudos; António Carpinteiro, com 4.000 escudos; Joaquim Completo, com 3.000 escudos; Mário Barreto, 2.000 escudos, António Branco, 1.500 escudos. •

Almoço de Natal 2000

O almoço de Natal 2000 da Delegação de Coimbra vai ser organizado pelo Núcleo de Leiria, naquela zona, no dia 16 de Dezembro, Sábado.

Na próxima edição do ELO vão ser publicados mais pormenores.

Todos os associados e familiares podem contactar telefonicamente a Delegação de Coimbra ou o Núcleo de Leiria, para eventuais esclarecimentos. Os números são os seguintes: Delegação de Coimbra - 23 981 4644 (Sr. Lucas) e Núcleo de Leiria - 91 789 4730. •

Famalicão

Informações aos associados

A Delegação de Famalicão informou que vai estar encerrada para férias de um a 31 de Agosto.

As consultas de Psicologia começam em Setembro, todas as Quintas-feiras (dias sete, 14, 21 e 28), das 14h30 às 17h30.

As consultas de Clínica Geral começam em Setembro, todas as Segundas-feiras (dias quatro, 11, 18 e 25), das 15h00 às 17h00.

"A Direcção da Delegação de Famalicão deseja a todos os associados umas boas férias", salientou Aníques de Carvalho, dirigente da Delegação da ADFA. •

Jornadas Médicas sobre Stress

ABELA VIEIRA



Monteiro Ferreira (à esquerda) foi um dos oradores nas Jornadas

Teve lugar no passado dia 1 de Julho, no Parque de Exposições de Braga, as primeiras jornadas médicas sobre Stress de Guerra. A iniciativa partiu da APOIAR Portuguesa dos Veteranos de Guerra e contou com a presença de especialistas portugueses e estrangeiros nesta matéria, nomeadamente do israelita Yehuda Mir, da Universidade de Telavive e de Salah El Qatta, conselheiro da Direcção Geral da Palestina.

A implementação da Rede Nacional de Apoio às pessoas portadoras de Stress foi um dos pontos abordados e mais salientados pelo presidente da APOIAR, Ricardo Lopes, que reafirmou a sua incompreensão pelo atraso na implementação da rede (pelos ministérios da Defesa Nacional e da Saúde), visto que "o stress pós traumático de guerra já é reconhecido como doença". Neste sentido, ficou assente a decisão de fazer "oportunamente

uma manifestação pacífica" às portas da Assembleia da República, assim com pedir uma audiência ao Presidente da República.

Em entrevista ao ELO, e questionado sobre que espécie de trabalho a APOIAR tem vindo a desenvolver em matéria de despiste da doença, como aliás já acontece na ADFA, o dirigente afirma que apesar do grande respeito que nutre por esta Associação considera que "o problema do stress pós traumático de guerra é mais da competência da APOIAR, a ADFA deve tratar apenas e só do problema físico".

Alheia a estas críticas, esta questão constitui para a ADFA um problema urgente de solucionar e é nesse sentido que tem vindo a trabalhar desde há bastante tempo. Tanto em Lisboa como no Porto estão já a funcionar consultas de despiste da doença. Este é um trabalho multidisciplinar que envolve técnicos qualificados como psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Só na Delegação do Porto, desde Novembro do ano passado, o número de ex-combatentes que já recorreram à consulta de despiste ronda os 160, mantendo-se cerca de metade em consultas de acompanhamento. •

A.V.

Convívio em Paços de Ferreira

Teve lugar no passado dia 25 de Junho, o convívio anual dos associados e familiares dos Concelhos de Paços de Ferreira e Paredes.

O encontro que este ano esteve a cargo dos associados Guilherme Carneiro, Abílio Pacheco e Barbosa Gato, de Paços de Ferreira, reuniu cerca de 60 participantes entre

associados e familiares, além dos representantes dos órgãos sociais da Delegação do Porto. Pouco usual, neste tipo de acontecimentos, mas produtivo, foi o debate que se gerou depois do almoço em torno do actual momento associativo, em que as eleições foi o prato forte. Sendo este assunto

considerado de maior importância para os associados, foi mesmo agendada uma reunião em que o objectivo único será a discussão do desempenho da Delegação e o futuro da casa. •

A.V.

2.º Encontro da ADFA em Galafura

"Quem foi gostou, e se para o ano houver, vai participar com toda a certeza". Este foi o comentário mais ouvido depois do primeiro convívio da ADFA na Galafura, em Pêso da Régua que ao que parece vai mesmo tornar-se na tradição. Tendo como cenário o monte de Leonardo com uma paisagem extraordinária de onde se avistam sete concelhos, e na ementa de fazer crescer água na boca, este convívio, a ter lugar no próximo dia 6 de Agosto, tem os ingredientes necessários para fazer um verdadeiro sucesso.

A concentração dos participantes acon-

tecerá pelas 10 horas. À espera, e só para aguçar o apetite, estará o pipo da jeropiga e a bola de carne. Depois terá lugar um momento solene com uma missa em sufrágio dos associados falecidos.

O almoço será servido pelas 13 horas e da ementa constam coisas tão saborosas como o arroz de forno, a batata assada, a feijoada à transmontana, o cabrito e o lombo assado no forno. Claro que a acompanhar não faltará o bom vinho da região, branco ou tinto, conforme as preferências.

A tarde será igualmente animada. Depois

deste almoço nada melhor para a digestão como dançar o verdadeiro folclore com o Rancho Folclórico da Associação Desportiva e Cultural de Alvações do Tanha.

A terminar a tarde, será ainda servida a bela sardinha assada acompanhada, como não poderia deixar de ser, de pimentos e caldo verde.

A organização deste convívio está a cargo dos associados Manuel Cigarro, Ferramenta Martins, José Carlos, Bonifácio Ramos de Pêso da Régua e da Delegação do Porto. •

A.V.

Breves

AJUTEC 2000

Vai ter lugar de 30 de Setembro a 3 de Outubro, na Exponor, no Porto, a AJUTEC 2000 - 7ª Feira Internacional de Ajudas Técnicas e Novas Tecnologias para Pessoas com deficiências.

Com uma periodicidade anual, a AJUTEC é a Normédica, certame que decorre em paralelo, constitui um dos grandes acontecimentos do sector da saúde e medicina.

Nos mais de 100 expositores previstos, estarão patentes as últimas novidades respeitantes a produtos, equipamentos e serviços ligados ao sector da deficiência, tornando-se uma oportunidade privilegiada de informação e actualização de profissionais, mas também como um ponto de visita obrigatório para o grande público.

Com um número de visitantes que, só no ano passado ascendeu aos sete mil, esta feira assume-se assim como um dos principais

meios de promoção e divulgação de produtos e equipamentos ligados à deficiência. •

Férias da Delegação do Porto

A Delegação do Porto, vai durante o mês de Agosto, estar encerrada aos sábados, não havendo, por isso, lugar à habitual reunião no primeiro Sábado de cada mês. Nos outros dias, os serviços da Delegação funcionarão normalmente. •

A.V.

SERVIÇOS DA DELEGACÃO

APOIO AOS SÓCIOS

Serviço de Atendimento

Assistentes: Sónia Aguiar e Rogério Nascimento

Dias úteis: 9H00/ 12H30 e 13H30/17H30

1º Sábado do mês: 10H00/13H00 e 14H00/17H30

Consultadoria Jurídica

Responsável: Dra. Manuela Santos

Marcações no Serviço de Atendimento

Aquisição de Viaturas com Isenção de Imposto

Assistente: Elisabeth Couto

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

Clínica Geral: Dr. Aníbal Montalvão

3ª Feiras das 15H00 às 19H00

Marcações no Serviço de Atendimento

Psicologia: Dra. Ana Conde

Marcações com a própria

Psiquiatria: Dr. Joaquim Neves de Sá

Marcações: Elisabeth Couto

Gabinete de Serviço Social

Responsável: Dra. Margarida Marques
Delegação

4ª Feira - 14H00/17H30

5ª Feira - 9H00/12H30

Hospital Militar

4ª Feira - acompanhamento de consultas específicas (Fisiatria)

5ª Feira: 14H30/17H30

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Inscrições no Gabinete de Serviço Social

DESPORTO CULTURA E LAZER

BIBLIOTECA

CAMPO DE JOGOS

Responsável: António Carvalho

2ª a Sábado - Marcação Prévia

Domingos de manhã - Reservado a associados e familiares

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO

Monitor: Professor Miguéis

2ª e 5ª Feira - 17H00 às 19H00

BAR

Dias úteis - 8H00/19H00

Sábados - 9H00/19H00

RESTAURANTE (Almoços)

Dias úteis - 12H30/14H30

1º Sábado do mês - 12H30/14H30

Marcação Prévia

CONTACTOS:

Telefones: 22 832 0403

22 832 0744

Fax: 22 832 5242

Tradicional sardinhada da Delegação de Setúbal

"Um convívio alegre e participado"

FARINHO LOPES



A sardinhada de Setúbal é o ponto de encontro de associados e familiares

O primeiro dia do mês de Julho foi marcado com a tradicional festa organizada pela Delegação de Setúbal.

Elementos de várias delegações estiveram presentes, bem como os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e das delegações, num encontro que já faz história na realidade anual da ADFA.

"A sardinhada de Setúbal é o ponto de encontro por excelência de camaradas de companhia, de amigos, associados e seus familiares", classificou José Faria, presidente da Direcção da Delegação de Setúbal e dinamizador da iniciativa. "É sempre um convívio alegre e muito participado", comentou.

O encontro começou logo pela manhã, com a chegada dos participantes, que bem cedo dispuseram as suas mesas e cadeiras, antecipando o convívio com os amigos.

Na ementa, as rainhas da mesa foram as sardinhas, mas também não faltaram as febras e a entremeada, tudo acompanhado

com uma grande variedade de bebidas e com a fresca salada, preparada no local.

"As instalações do Parque de Campismo da Gâmbia prestam-se a este tipo de encontros", salientou José Faria, congratulando-se com a cedência daquele espaço pelo segundo ano consecutivo.

A tarde foi animada pelo conjunto musical "Costa Azul", de Setúbal, que tocou melodias conhecidas de todos, entre músicas italianas e fados muito conhecidos. O trio actuou com os sons do saxofone-tenor de João Moita, dos acordes do sintetizador de Analídeo e com a voz de Chabi, que deixou "as maiores felicidades para a Associação", instando todos a dançar na pista improvisada.

Anquises Carvalho, presidente da Delegação de Famalicão, participa neste encontro desde que este se realiza e revelou-se "satisfeito por, mais uma vez, se ter concretizado o ponto alto da Delegação de Setúbal".

Duda, ex-jogador de futebol no Vitória de Setúbal (1971) e do Futebol Clube do Porto, conhecido pela grande parte dos participantes, também prestou declarações ao ELO e referiu que foi convidado para a festa por um dos associados de Setúbal, "Carajolas", seu amigo de há 30 anos. "Tenho o maior prazer em estar de novo em Setúbal, desta vez numa festa como esta", confessou. "Estou aqui e não sei quando vou sair", disse animado.

O agora empresário aposta em trazer jovens jogadores brasileiros para o clube setubalense, que diz "estar no coração, seguido pelo Porto".

Duda confessou também ter "estado" na guerra, pois esteve em Luanda, em 1972 e mais tarde, em 1975, altura em que a situação de conflito interno se adensava.

Quase no final do encontro os presentes cantaram os parabéns à ADFA, cortando em seguida o bolo com o símbolo da Associação.



"Foi uma boa oportunidade para contar histórias reais que não se contam no trabalho diário da Associação", referiu João Roças, da Direcção Nacional da ADFA, que também revelou os seus talentos escondidos de fotógrafo que praticou durante sua comissão na Guiné.

O convívio continuou com a promessa de repetição para o ano que vem, "com desejos de que se traduza no êxito associativo que estamos habituados." •



Momento em que se cortou o bolo da festa

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Férias da Delegação

Por conveniência de serviços, a Delegação de Setúbal encontra-se encerrada durante o mês de Agosto. •

Delegação organiza passeio a Mérida

No dia 9 de Setembro, Domingo, pelas 07h00, vai ter lugar a saída do grupo de associados e amigos para uma visita às ruínas romanas em Mérida, numa organização da Delegação de Setúbal.

A concentração efectua-se junto da sede da Delegação e a viagem vai fazer-se de autocarro. Cada participante deverá levar almoço para partilhar. O regresso faz-se no fim do dia.

As inscrições podem ser feitas pelo telefone 21 751 2600, da Sede Nacional. •

Delegação da Madeira

ADFA celebra protocolo com a Porto Santo Line

A ADFA e a empresa Porto Santo Line Transportes Marítimos para a Ilha do Porto Santo) celebraram um protocolo para a concessão de descontos aos nossos associados.

O acordo prevê, de 1 de Abril a 30 de Setembro deste ano, 10 por cento de desconto sobre 8.100 escudos (fica em 6.480 escudos) e no restante período do ano, 50 por cento de desconto sobre 6.640 escudos (fica em 3.320 escudos), mediante a apresentação do cartão de associado da ADFA.

Foi deliberado alargar o protocolo existente com a Zona Militar da Madeira, aos associados da ADFA que sejam militares, mediante a apresentação do cartão de identificação militar (de deficiente ou de pensionista - risca verde, amarela ou azul). Neste caso o desconto é aumentado para 20 por cento, no período de 1 de Abril a 30 de Setembro de 2000. •

Férias em Porto Santo

Decorreu entre os dias 14 e 21 de Julho a deslocação do primeiro grupo de 20 associados e familiares da delegação da Madeira da ADFA à Ilha do Porto Santo, com o apoio da Porto Santo Line, Cereposa, e destacamento militar do Porto Santo.

Continuam abertas as inscrições para a deslocação do segundo grupo da Delegação da ADFA na Madeira à ilha do Porto Santo, a realizar entre os dias 28 de Agosto e 5 de Setembro, com os apoios das mesmas empresas e entidades. As inscrições terminam a 14 de Agosto, e podem ser efectuadas pelos telefones 29 176 5171 ou 29 120 4724.

Preço da passagem marítima é de 6.480 escudos, para militares associados da ADFA e de 8.100 escudos para familiares, havendo

possibilidade de conseguir um preço ainda mais favorável.

A alimentação e alojamento são disponibilizados no destacamento militar, em quartos com 10 beliches, para 20 pessoas, e o custo da diária completa é de 1.200 escudos.

Temos dois quartos para homens e um quarto para senhoras.

O número máximo de inscrições é de 45 pessoas, de acordo com data de inscrição na Delegação da ADFA na Madeira. •

Eleições para os Órgãos Sociais da Delegação

Realizam-se em 28 de Outubro eleições para os Órgãos Nacionais da ADFA e também para os Órgãos Sociais das Delegações.

A Delegação da Madeira alerta os associados para a "necessidade de todos nos interessarmos na constituição das listas de candidatos, para o que os associados que queiram fazer parte dos futuros Órgãos deverão manifestar o seu interesse e disponibilidade de tempo, para conseguirmos aumentar a dinâmica da nossa Associação ao nível regional." •

Comparticipações ADME

O Quartel General da Zona Militar da Madeira (QG/ZMM), através da sub-secção financeira, passou a efectuar as participações por transferência bancária, pelo que todos os associados devem preencher uma ficha de autorização que se encontra disponível na Delegação da Madeira ou no Quartel General.

A Direcção da Delegação considera que "esta alteração vai trazer benefícios a todos os nossos associados, pois todos os dias éramos confrontados com reclamações sobre o funcionamento deste serviço".

Os associados podem deixar os documentos

de "Despesas Médicas" nos serviços da Delegação da ADFA, e posteriormente serão reembolsados na conta bancária indicada na ficha. •

Novos telefones do QG/ZMM e Posto Médico (Deão)

Foram alterados os números de telefone do QG/ZMM e do Posto Médico da ZMM situado na Quinta Deão. Os novos contactos são: QG/ZMM - 29 120 4900 e Posto Médico e Enfermagem, 29 120 4928 ou 29 120 4900. •

Funcionamento do Posto Médico da ZMM no Deão

O Posto Médico e de Enfermagem da ZMM, situado na Quinta Deão, no Funchal, pode ser utilizado pelos associados da ADFA e seus familiares com cartão da ADME.

O período de funcionamento é das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, para serviço de enfermagem e para levantamento das guias de consulta para os médicos convencionados. Existem consultas de Medicina Interna (Clínica Geral) às 4^{as}, 5^{as} e 6^{as}, a partir das 14h00, com o Dr. Luís de Freitas. As inscrições para estas consultas fazem-se no próprio dia, das 14h00 às 14h30, ficando o beneficiário a aguardar a sua vez de atendimento pelo médico.

Este posto médico recebe inscrições para dois médicos dentistas (Dr. Tito Noronha e Dr. João Bosco). Estes tratamentos não são pagos pelo doente, pelo que as consultas demoram cerca de oito meses desde a data da marcação, pois os médicos apenas aceitam quatro requisições da ADME por dia.

Para os restantes médicos convencionados, os associados da ADFA beneficiários da ADME devem dirigir-se ao Posto Médico para obter a Guia de Consulta, que é válida por 90 dias. •

Médicos convencionados ADME

Cirurgia Geral - Dr. Drumond Borges - Centro Comercial do Infante, 75-2º - Funchal - Consultas 2ª, 4ª e 5ª, às 15h00 (requisição) - Tel. 29 123 0900.

Psiquiatria - Dr. Nóbrega Fernandes - Rua 31 de Janeiro, 75 - 1º Direito - Funchal - Consultas de tarde (requisição) - Tel. 29 123 5782.

Dermatologia - Dr. Camacho de Freitas - Rua António José de Almeida, 25 - 6º A - Funchal - Consultas 2ª, 3ª, 5ª e 6ª, às 14h00 (requisição) - Tel. 29 122 6410.

Ortopedia - Dr. Jaime Jardim Fernandes - Rua das Pretas, 92 - 1º andar - Funchal - Consultas 2ª, 4ª e 6ª, às 14h00 (requisição) - Tel. 29 122 3700.

Otorrinolaringologia - Dr. Alivar Jones Cardoso - Rua do Aljube, 61 - 2º Direito - Funchal - Consultas 4ª e 6ª, às 17h00 (requisição) - Tel. 29 122 1879.

Oftalmologia - Dr. Rui Pereira - Rua do Carmo, n.º 2 - 1º, sala 12 - Funchal - Consulta 2ª, às 16h30, 6ª, às 15h30 (requisição) - com marcação - Tel. 29 123 1715.

Oftalmologia - Dr.ª Rita Portela - Calçada São Lourenço, n.º 5 - 3º, sala C - Funchal - Consultas 3ª e 6ª, das 16h00 às 18h00 (requisição) - Tel. 29 120 2890.

Medicina Dentária - Dr. João Bosco - Calçada São Lourenço, n.º 5 - 2º, sala E - Funchal - Consultas todos os dias (requisição) - Tel. 29 122 4185.

Medicina Dentária - Dr. Tito Noronha - Rua do Seminário, n.º 11 - 1º Funchal - Consultas todos os dias (requisição) - Tel. 29 123 1689.

Medicina Interna - Dr. Luís Freitas - Posto de Enfermagem ZMM - Deão - Funchal - Consultas 4ª, 5ª e 6ª, às 14h00 - com marcação - Tel. 29 120 4928. •

Delegação de Viseu

A dor é uma doença

Para os cientistas, a dor já é considerada uma doença, mesmo sabendo que ainda não está generalizada e ao alcance da ciência definir a intensidade e a qualificação da dor. "Não há escalas fiáveis para o fazer", afirmou-se numa das mesas redondas, proporcionadas pelo I Simpósio Sobre a Dor, que decorreu em Viseu, no Hotel Príncipe Perfeito.

Concluiu-se neste Simpósio que a dor acaba por ser uma doença de causa/efeito difícil de quantificar, defronta-nos a cada momento, com novas descobertas, novas exigências, novas pesquisas de análise e de interpretação.

Trata-se de um "fenómeno neurofisiológico complexo, com interpelações permanentes, levando à crença de que em fenómeno outrora rudimentar, extravasa o conceito de uma via dolorosa para o envolvimento de todo o sistema nervoso."

Os problemas físicos levam a vários estados patológicos, fazendo da dor uma doença cujo tratamento adequado ainda é desconhecido, nas o não cumprimento da medicação, a resistência aos analgésicos e a valorização inadequada da dor, são alguns indicadores positivos, de bem que seja sempre difícil quantificar a dor, a qual, sendo uma sensação conhecida de todos, praticamente ninguém sabe dar uma definição exacta do que é, sendo difícil estabelecer uma correlação entre a gravidade e a intensidade.

De certo modo foi também desmistificado o uso da morfina, o qual, sabe-se agora, não exerce os efeitos nefastos que em princípio se colocaram. É tudo uma questão de dose.

No meu parecer, faltou ouvir a opinião dos próprios que carregam consigo o peso da dor,

dos doentes que sofrem permanentemente desta terrível doença que sentem e sabem a forma como se manifestam os diversos tipos de dor, no tempo de chuva, do vento, do céu encoberto, do céu azul, das voltas de lua, das mudanças bruscas de temperatura, do tempo frio e do calor, etc.

Os cientistas já reconhecem a dor como uma doença. Agora, cientistas e doentes, todos em conjunto devem aprofundar os estudos de forma a que se perceba mais sobre a dor e os múltiplos factores que para ela contribuem, com vista à obtenção de tratamentos mais eficazes.

Um das boas férias, e um bom Verão para todos, sem apanhar sol a mais, pois pode ser perigoso, não vão por aí apanhar uma insolação, que também causa imensa dor. •

Realizações da Acapo

O Núcleo de Viseu da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) festejou, naquela cidade, o seu segundo aniversário.

Segundo os seus responsáveis, o Núcleo de Viseu da ACAPO tem procurado, ao longo destes dois anos de trabalho, contribuir para alterar a situação dos cidadãos cegos em Viseu.

Nesta data foi celebrado um protocolo entre a ESEV e a ACAPO que passará pela permuta de professores e apoio com o material necessário por parte da ESEV, desejando que este projecto "dê muitos frutos".

Aproveitou-se a ocasião para anunciar uma jornada nacional na cidade de Viro, para o dia 30 de Setembro.

Na impossibilidade de não poder estar presente, o presidente da Direcção Nacional da ACAPO, José Arruda (também nosso associa-

do), fez-se representar por Jacinto Moita, vice-presidente da ACAPO, a quem desejamos os maiores êxitos associativos e profissionais. •

Encontro de combatentes

A Delegação da ADFA de Viseu esteve presente num encontro-convívio de antigos combatentes das guerras do Ultramar, na cidade de Tondela, onde foi celebrada a eucaristia em memória dos mortos que tombaram em defesa da Pátria, no cumprimento do dever e para lembrar que nós, os vivos, não esquecemos os camaradas.

Rumámos depois para o bonito local da Serra do Caramulo, à qual se efectuou uma visita e de seguida o almoço num dos restaurantes locais, muito acolhedor.

Falou-se da história da Companhia 2422, que serviu em Moçambique, nos lugares de Pingé, Zambué, Puato e Zumbo, na área de Tête, onde foram emboscados diversas vezes e aí tiveram um primeiro contacto com a guerra, que durante cerca de um ano aí viveram, depois rumaram para o norte, província de Cabo Delgado, passando por Nacala, Nampula, Antudora, Foz do Lurio e Diaca. A zona era terrível e a guerra era intensa. Das muitas operações efectuadas no local da "curva da morte", esta companhia sofreu de uma só vez, nove mortos e 18 feridos. Foi uma vida carregada de azares, de muitas privações, de sacrifícios, de muita carência, de má alimentação, chuvas, isolamento, noites mal dormidas, incertezas, e tudo mais que se possa imaginar.

O dia foi agradável, o programa foi ótimo e mais uma vez se fez história, estiveram presentes camaradas de Barcelos, Braga, Vila

Nova de Famalicão, Oliveira de Frades, Coja, Corulhe, Buçaco, Faro e Açores. •

Visita ao Museu da Guerra Colonial em Famalicão

Em colaboração com a Delegação da ADFA de Famalicão, a Delegação de Viseu está a organizar uma visita guiada ao Museu da Guerra Colonial, a realizar no próximo dia 26 de Agosto, em Famalicão. A viagem vai efectuar-se por autocarro e o preço por pessoa é de 2.000 escudos.

A saída da Delegação de Viseu é às 7h00, com destino a Famalicão onde se efectuará a visita guiada ao Museu da Guerra Colonial e de seguida o almoço num local aprazível da região. "Queremos seja um almoço beirão confeccionado pelos participantes e partilhado por todos, ao ar livre, em convívio, saboreando os belos petiscos da nossa região, que cada um levar. Quem tiver jeito e boa vontade deve levar a gaita, a guitarra, acordeão, viola e outros instrumentos para animar o grupo", apela João Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu.

Pela tarde, o grupo desloca-se à Senhora do Sameiro, a Guimarães e ao Bom Jesus de Braga, "tudo na bela, bonita e acolhedora região do Minho".

"Não te esqueças, para que o convívio seja uma realidade, confecciona e traz o farnel", lembra o dirigente de Viseu, não esquecendo de frisar que a marcação é efectuada nos serviços da Delegação de Viseu, através do telefone 232 416 034, fax 232 416 829, com data limite no dia 9 de Agosto. •

Reunião extraordinária do Conselho Nacional

Delegação de Lisboa no primeiro semestre de 2001

Na sua reunião extraordinária de oito de Julho, na Sede Nacional, o Conselho Nacional (CN) aprovou por unanimidade a proposta sobre a criação da Delegação de Lisboa em que se estipula um pré-projecto a ser implementado pela Comissão Instaladora e ratificado pelo CN, com o objectivo de eleger os Órgãos da Delegação até ao final do primeiro semestre de 2001.

A proposta é a síntese de três outras apresentadas ao longo do debate e nela se prevê que a Direcção Nacional (DN) apresente o pré-projecto e a Comissão Instaladora para serem ratificados pelo próximo CN.

Os conselheiros nacionais ainda se debruçaram sobre a data do próximo acto eleitoral, tendo sido aprovada com 13 votos favoráveis, quatro contra e quatro abstenções, a data de 28 de Outubro para a realização da Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária.

O conselheiro Patuleia Mendes apresentou as contas do IV Congresso, como elemento da Comissão Organizadora Nacional daquele evento associativo.

O associado vincou a necessidade de que o CN implemente as resoluções do Congresso e solicitou, com outros conselheiros, que ficasse na acta uma referência elogiosa ao desempenho da Mesa e da Comissão de Redacção do Congresso.

Ficou ainda expressa a necessidade de uma revisão estatutária que tenha como

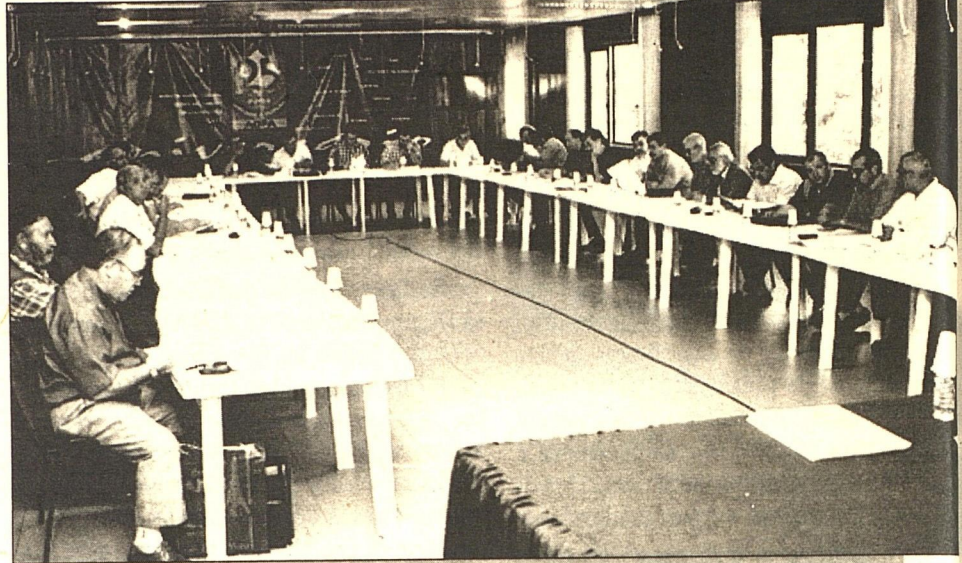
ponto de partida as resoluções do IV Congresso, "devendo os trabalhos iniciar-se logo após a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais" e tendo sido o Conselho Jurisdicional incumbido de realizar os estudos preparatórios.

Foi ainda aprovada por unanimidade uma proposta da DN em que é preconizado o envio à comissão encarregada de analisar o enquadramento jurídico da próxima revisão estatutária dos documentos apresentados pelo Conselho Fiscal Nacional (CFN) e pela Comissão de Reabilitação sobre a questão da fixação do valor das quotas para o ano 2001 na Delegação de Ponta Delgada e sobre a regulamentação do artigo 64º dos Estatutos. As delegações das Regiões Autónomas deverão ser ouvidas sobre este assunto.

Relativamente às normas em vigor sobre a utilização de viaturas próprias ao serviço da ADFA, levantou-se alguma polémica sobre as hipóteses da sua alteração.

Foi deliberado, por aprovação por maioria da proposta do conselheiro Mano Póvoas (13 votos a favor e seis abstenções), rever o critério em vigor "a fim de dar maior segurança a todos os que se deslocam ao serviço da ADFA". A DN ficou incumbida de resolver a situação concreta do seu secretário Simão Roças (caso que trouxe este assunto a debate), no âmbito da solidariedade da ADFA. O CFN, devido a uma questão sobre o uso da palavra, abandonou a sala.

Por falta de maioria absoluta nos votos a



O Conselho Nacional também fez o balanço do IV Congresso da ADFA

favor, não houve deliberação sobre o subsídio para a Delegação de Coimbra para o pagamento das obras na sua Sede. A aprovação com apenas nove votos favoráveis, três contra e seis abstenções, da proposta do conselheiro Anquises de Carvalho, não foi suficiente para deliberar sobre a questão. A proposta prendia-se com o desconto de cinco por cento no valor das quotas da sede e delegações a partir de Julho, conforme já tem sido prática com outras delegações.

A situação associativa da Delegação de Castelo Branco foi também alvo de debate, com análise de anomalias existentes, após

exposição da DN. Alguns conselheiros realçaram a necessidade de se "equilibrar a situação", apelando aos associados da Delegação para que, democraticamente, procurem resolver a questão nas próximas eleições.

A DN prestou alguns esclarecimentos sobre os problemas que estão a surgir, desmistificando os casos de stress de guerra, alertando os serviços da ADFA para que "tenham o maior cuidado", não dando cobertura a procedimentos menos claros já detetados nos outros meios.

"Temos um programa de actividades que têm em vista trazer outras pessoas para levá-los a contactar com o exterior", afirmou exemplificando com a ADFA que, na opinião da directora, "frequentam pouco".

"Não é tanto o problema, que há dias puseram, de virem cá voluntários conversar com eles. Na minha perspectiva, sem ir contra o voluntariado, o importante é que eles saiam daqui para ir conversar lá fora, para eles com as pessoas, porque mantê-los cá dentro não é propriamente o que vai melhorar a situação", referiu e continuou dizendo que é necessário que as pessoas comecem a sair, tal como os outros, também têm a liberdade para sair.

Lar Militar comemora 29 anos

Maria de Jesus Barroso, presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), presidiu às comemorações do 29º aniversário do Lar Militar, em Lisboa, no passado dia 29 de Junho, e referiu que o Lar Militar é uma instituição muito importante, porque procura compensar, do ponto de vista dos cuidados e dos afectos, as pessoas que se sacrificaram pelo País", realçando que está a desenvolver-se uma remodelação nas valências da instituição, de que é exemplo a reactivação da piscina que "há mais de 20 anos estava inutilizada."

"Este Lar Militar é essencialmente para os deficientes das Forças Armadas", realçou e garantiu que o trabalho continuará a ser desenvolvido, com o apoio do ministro da Defesa, que tutela a instituição.

A directora do Lar Militar, Maria Madalena, apresentou ao ELO o que esta reorganização está a desenvolver em prol dos residentes, lembrando que "procuramos, numa primeira fase, ganhar a confiança das pessoas, para lhes dar possibilidade de contactar com o mundo exterior."



A posição da Direcção Nacional

Passado mais de um ano sobre o início da reestruturação do Lar Militar, com a consequente suspensão das reuniões do Conselho Consultivo desta instituição, julgamos estar em condições de efectuar algumas previsões sobre as futuras condições de utilização do Lar da CVP pelos Deficientes Militares.

Tendo em conta a recomendação nº 44 do IV Congresso da ADFA, realizado em Abril de 2000, verificamos desde já que o futuro aponta para uma maior e progressiva utilização do Lar por deficientes não militares, contrariamente aos objectivos do Lar, aos interesses dos deficientes militares e consequentemente, aos desejos da ADFA.

Este assunto tem sido repetidamente colocado à consideração do MDN, quer no CCADFA, quer nas entrevistas que os responsáveis por este Ministério têm concedido à Direcção Nacional da ADFA.

Apesar de termos alguma informação do que se vai passando no Lar, através dos nossos associados residentes e pelos esclarecimentos que a Directora interina vai fornecendo aos nossos serviços e ao representante da ADFA no Conselho Consultivo, não existem meios de colocar as nossas preocupações dum modo estatutário e/ou formal.

Para além deste facto, a Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa não deu resposta a dois

pedidos de entrevista, por parte da Direcção Nacional da ADFA.

Temos constatado no entanto que tem havido um grande esforço por parte da actual equipa dirigente, para melhorar significativamente as condições de internamento e a qualidade de vida dos residentes.

Para além da contratação de técnicos com a preparação académica adequada para as tarefas de acompanhamento dos internados, foram realizadas obras de melhoria das instalações, efectuado um esforço de reapetrechamento em equipamentos básicos de cozinha, aquecimento, ventilação e outros.

A recente entrada em funcionamento da piscina do Lar, tantas vezes solicitada pela ADFA, prova bem que tem sido efectuado um investimento de vulto nas instalações da instituição.

Todos estes factos apontam para o objectivo de rentabilizar e aproveitar as condições existentes, caminhando no sentido de oferecer aos utentes condições que podemos considerar, no panorama geral dos lares existentes, de modelares.

O trabalho realizado merece o nosso aplauso e é com grande satisfação que assistimos à concretização de medidas que há muito tínhamos proposto.

Mas as nossas preocupações mantêm-se e centram-se nos objectivos para que foi criada a

Evolução da reestruturação interna do lar militar da cruz vermelha e seus reflexos na sua utilização futura pelos deficientes militares

instituição e da população que a irá utilizar futuramente.

Se o Lar Militar caminha para uma maior autonomização no aspecto financeiro, então é lícito supormos que o MDN virá a ser um mero cliente, entre outros, como já se verifica na prática actual.

A progressiva abertura do Lar Militar a clientes privados, dadas as boas condições de que dispõe, irá transformar inevitavelmente a instituição numa casa dirigida a um determinado estrato social elevado, ou com apoios vultuosos, obviamente em detrimento de muitos deficientes militares que com eles não podem concorrer.

Poderá tal não acontecer inicialmente, mas a lógica da rentabilização acabará por se impôr, de acordo com os modelos reinantes na nossa sociedade.

Tal facto irá colocar os deficientes militares em desvantagem, numa instituição originalmente criada para os servir.

Mais ainda, seguindo na nossa linha de raciocínio, enquanto o actual investimento está a ser realizado à custa do erário público, ir-se-á criar a situação anómala de vir a ser o MDN a suportar os encargos da estadia de deficientes militares em certos casos.

Poderemos portanto em breve enfrentar uma dupla e aberrante contradição, entre os objectivos para que o Lar foi criado e a sua utilização presente/futura e o facto de o investimento público favorecer os cidadãos que, dele menos carecem, dadas as suas capacidades financeiras.

A senhora Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa afirmou recentemente, num discurso proferido no dia 29 de Junho do corrente ano, que o Senhor Ministro da Defesa Nacional aprovava e incentivava as remodelações em curso no Lar Militar.

Este facto, novo para nós, agrava as preocupações da ADFA, visto não haver, informação nem diálogo institucional sobre este assunto.

Nota da Redacção: Como representante da Associação no Lar Militar, Catarino Salgado, 1.º presidente da DN, propôs à Direcção Nacional que seja dado conhecimento deste Memorando aos responsáveis pelo MDN, divulgando o seu conteúdo a todas as delegações e a todos os associados através do Jornal ELO, isto quando se sabe existirem cerca de 2.500 DFA com mais de 60% de incapacidade, todos portanto potenciais utilizadores do

Em Vila Velha de Ródão

Superar a deficiência, ser feliz e útil

João Mendes esteve em Angola e na Guiné como fuzileiro mas a o tempo da guerra já lá vai. O associado venceu as recordações mais severas e transformou o que aprendeu para a guerra em técnicas e instrumentos para a Paz. Os jovens são o seu investimento e o escutismo é a actividade que elegeu como seu "hobby" de reforma.

Um bom exemplo de reabilitação e reintegração social.

Rafael Vicente

Passar por uma guerra é duro, ainda mais quando isso aconteceu em dois "palcos" como Angola e Guiné.

João Mendes foi fuzileiro e é um dos milhares de deficientes militares que a Guerra Colonial originou. Mas este associado da ADFA não está preso ao passado e todos os dias vive mais o presente nos jovens que participam no Movimento Escuta da região de onde é natural, Vila Velha de Ródão.

Foi numa cerimónia cheia de simbolismo que João Mendes fez a sua "promessa" de escuteiro, como um dos chefes do agrupamento da sua terra. Acompanhado pela esposa e pela sobrinha, que também com ele fizeram um Curso de Iniciação Pedagógica, o associado passou a pertencer à equipa que coordena as actividades do agrupamento.

"Desde Novembro do ano passado que faço parte deste movimento", lembra João Mendes e realça que a sua entrada foi motivada pela necessidade de um novo impulso na vida do agrupamento, "momento ideal para dar o meu contributo".

de uma nova etapa nas nossas vidas e nas dos jovens com quem convivemos".

O associado também já trabalhou na ADFA e conheceu muitos ofícios, porém, hoje, com a dedicação que esta actividade requer, apenas vem a Lisboa uma vez por mês.

"O contacto com o escutismo permite desenvolver actividades como a canoagem (com o Tejo aqui mesmo ao lado), o montanhismo, a exploração e o estudo da natureza, entre tantas outras", comenta João Mendes.

Em terra onde se criam avestruzes e grifos e onde a agricultura e a indústria se tocam entre si "a missão dos escutas é importante, tanto no que respeita a eventuais colaborações, como no que toca a chamadas de atenção aos procedimentos menos cívicos", lembra.

"Nas actividades desenvolvidas por terras de Vila Velha de Ródão já descobrimos gravuras rupestres e, em projectos para o futuro, até gostaríamos de construir um pequeno estaleiro para ajudar no estudo do meio ambiente do rio Tejo", comenta o associado, aludindo ainda que depois de ter sido fuzileiro e de ter passado pela



O grupo de chefes dos escuteiros

Mendes realça que este já existia há cerca de 18 anos, tendo desenvolvido um novo "fôlego" no final do ano passado.

O associado lembra ainda que o escutismo está preparado para a participação de jovens portadores de deficiência, "importando apenas o contributo que cada um possa trazer ao grupo".

"Conseguir ser sempre melhor em cada dia que passa, superando as falhas que todos podemos cometer, é um ideal tão importante como o «sempre alerta», que é o lema característico dos escutas", afirma.

De acordo com informações do Corpo Nacional de Escutas, são cerca de 70 mil os escuteiros e "na nossa região somos mais de 1500". O agrupamento de Vila Velha de Ródão é composto por 15 lobitos e sete exploradores, sendo seis os dirigentes entre os quais João Mendes.

Na cerimónia da promessa de escuta, realizada no passado dia 18 de Junho, numa igreja cujo adro foi especialmente enfeitado

pelos escuteiros, estiveram presentes os chefes dos agrupamentos de Castelo Branco e de Cebolais de Cima, bem como o coordenador dos escutas para a região, chefe João Ribeiro.

João Ribeiro, chefe escuteiro muito experiente desde os seus tempos de jovem escuta em Angola, refere que "a disponibilidade dos novos chefes é um reforço para os mais novos", salientando que Baden Powell também foi um militar, para realçar a mais valia que João Mendes traz ao agrupamento a que pertence.

João Mendes apresentou ao ELO o que vai propor como objectivos para o próximo ano: aumentar o agrupamento, cativando mais jovens da região, começar a fazer planos de actividades trimestrais e alargar a rede de apoios e colaborações.

João Mendes apresenta na primeira pessoa o que considera ser uma "boa fase" da sua vida em que está "bem rodeado pela família e pelos jovens escuteiros." •



Momento da promessa do associado João Mendes, da esposa e sua sobrinha

Depressa se imbuíu da mística do escutismo e depois do Curso aposta em novos projectos para cativar cada vez mais os jovens da região onde reside.

"Estamos sempre a aprender e no escutismo «faz-se, fazendo»", alerta. "A regra é trabalhar com o próximo e para o próximo", continua e refere que "a promessa foi o acender da chama

ADFA, "quero transmitir o que aprendi para guerra, como as técnicas de sobrevivência e de orientação, transformando esse saber em instrumento útil para a vida". "Tomei isto como uma terapia; se estiver perto dos mais jovens, sinto-me livre das recordações negativas", continua.

Sobre a história do agrupamento, João



Ser chefe de escuteiros exige um grande contacto com os jovens

SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO FUNCIONAL E AJUDAS TÉCNICAS - CRPG

<http://www.crpgaia.pt>

CONTACTOS

Coordenação - Eng.ª Cristina Crisóstomo Tel. 22 753 77 00
 Informação sobre Produtos - Dr.ª Emília Mendes Tel. 22 753 77 71
 Informação sobre Processos - Dr.ª Helena Soeiro Tel. 22 753 77 73
 E-mail: reatec@crpgaia.pt

Convívio do Núcleo de Alcobaça

Arraial de S. João, Capuchos, Alcobaça

Dia 30 de Setembro, a partir das 10h00, com jogos tradicionais

Traz os familiares e amigos

José Horta Carneiro, presidente do Conselho Fiscal Nacional da ADFA em entrevista ao ELO

"Será muito melhor encontrar uma lista consensual"

Para o presidente do CFN o consenso para encontrar uma lista candidata às eleições é o caminho que demonstrará a força da ADFA. Fazendo um balanço dos últimos três anos considera que a actuação destes Órgãos foi "francamente positiva". A fechar deixa uma sugestão aos que vierem a ser eleitos: que haja maior empenho no estudo e interpretação dos Estatutos, para conquistar mais êxitos para os associados.

Rafael Vicente

ELO - Faz alguma crítica à acção destes Órgãos Sociais e ao projecto associativo que desenvolveram neste mandato?

Horta Carneiro (H.C.) - Concerteza que sim, e é com toda a sinceridade que digo que, decorridos cerca de seis meses após o início do mandato, já havia "mosquitos por cordas" entre elementos da Direcção Nacional (DN) e entre esta e a Mesa da Assembleia Geral Nacional (MAGN) e o Conselho Fiscal Nacional (CFN). E porquê? Porque a DN nunca, até hoje, tentou sequer compreender qual a função de um CFN que, como órgão fiscalizador, tem que cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias, bem como as regulamentares, e ainda as deliberações da Assembleia Geral Nacional, do Conselho Nacional e do Congresso. Permito-me sugerir aos camaradas a leitura atenta dos Estatutos, principalmente no que diz respeito às competências atribuídas ao CFN. Pode considerar-se que, apesar dos percalços havidos, a actuação dos Órgãos Sociais Nacionais foi francamente positiva, por tudo o que foi feito, constando ou não do plano de actividades.

ELO - O que faria para alterar a situação?

H.C. - Parece-me estar tudo dito na resposta anterior.

ELO - Subscreve o projecto associativo aprovado no IV Congresso?

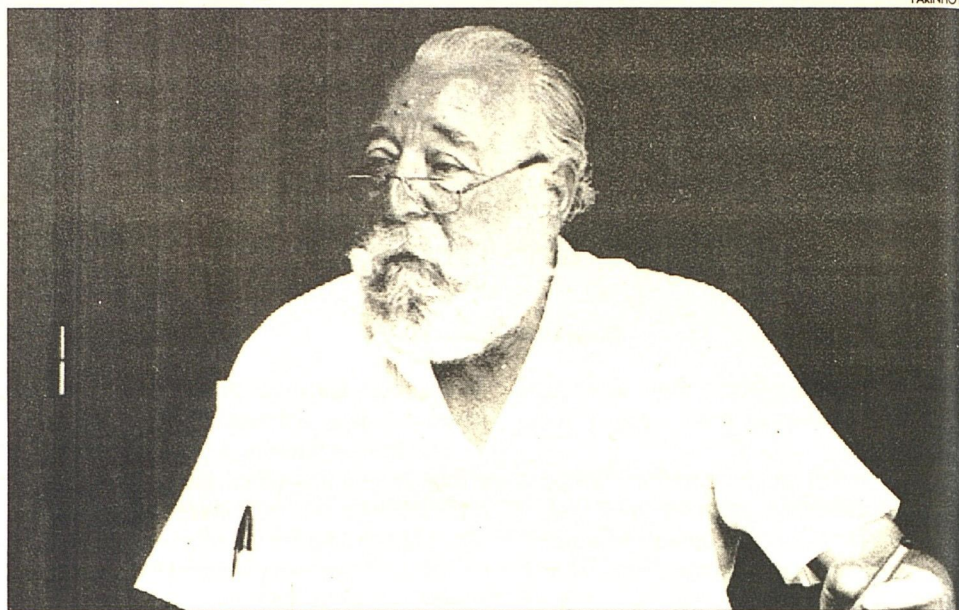
H.C. - Em absoluto, até porque corresponde, embora com algumas alterações, ao projecto apresentado pela lista "A" no último acto eleitoral e com o qual me mantive sempre solidário.

ELO - Como avalia o desempenho do CFN nestes três anos?

H.C. - Na minha opinião, este CFN cumpriu a sua missão, não obstante alguns obstáculos, entretanto ultrapassados. Acima de tudo, gostaria de frisar que as preocupações dominantes deste CFN foram os interesses da ADFA e dos seus associados, o bom nome da nossa Associação e a coesão e solidariedade entre Órgãos e entre estes e os associados.

ELO - Que apreciação faz à actuação das Delegações durante este mandato?

H.C. - Salvo uma ou outra Delegação que teve uma actuação menos empenhada, pode dizer-se que a média é altamente positiva, e demonstrativa de que a ADFA se mantém bem viva e actuante. Não vale a pena apontar os exemplos menos bons, pois algumas delegações estão limitadas pela falta de apoio e pela sobrecarga a que estão sujeitos os seus dirigentes.



ELO - Concorda com uma lista de consenso para as eleições? Porquê?

H.C. - Numa instituição como a nossa, em que os Órgãos Sociais são eleitos em lista conjunta, e em que os programas de actividades devem obedecer às deliberações do Congresso, sou de opinião de que, apareça uma única lista ou três ou quatro, terão que ser sempre (cada lista) consensuais.

ELO - Durante o mês de Julho debateu-se a hipótese de um consenso para formar uma única lista para o acto eleitoral. Concorda com este debate?

H.C. - Concordo que será muito melhor encontrar uma lista consensual, porque o que interessa é cumprir as deliberações do Congresso. Haverá várias maneiras de fazer cumprir essas deliberações, mas o ideal é que a massa associativa vote em bloco numa lista com todos esses objectivos e formada com as várias sensibilidades da ADFA. É muito melhor do que dividir a Associação em várias facções.

Se, por um lado, a existência de duas listas poderia demonstrar a democraticidade no seio da ADFA, por outro, havendo duas listas para cumprir objectivos idênticos, seria preferível que as pessoas alinhassem em consenso para cumprir as determinações do Congresso. Em termos de apoio da massa

associativa era melhor que houvesse uma lista única, porque mesmo com uma lista apenas se demonstra o pluralismo, a abertura, a democracia e a vontade de construir uma ADFA cada vez melhor.

ELO - Pretende candidatar-se nas próximas eleições? Porquê?

H.C. - Esta pergunta é totalmente descabida na medida em que nenhum associado pode candidatar-se isoladamente a qualquer um dos Órgãos. A candidatura feita numa lista conjunta que integra os três Órgãos (MAGN, DN e CFN). Agora, se o associado se pretende saber é se estou disponível ou não para exercer um qualquer cargo nos Órgãos Sociais Nacionais ou da futura Delegação de Lisboa, entendo que todo o associado no pleno gozo dos seus direitos tem o dever de estar disponível.

ELO - Que recomendação faria aos futuros OSN?

H.C. - Faria uma sugestão em vez de recomendação aos elementos que vierem a ser eleitos, quer para os Órgãos Sociais Nacionais, quer para os Órgãos Sociais locais, que se empenhem no estudo e interpretação profunda dos nossos Estatutos. Podem considerar que os vai ajudar muito "a levar o barco para bom porto". Aos eleitos, votos de um bom mandato. •

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS		APOIO AOS SÓCIOS	HORÁRIO
CLÍNICA GERAL médico: Dr. Fernando Brito, 2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15	ANÁLISES CLÍNICAS 6ª feira - 9H00 às 10H00	GABINETE JURÍDICO Dra. Helena Afonso 4ª feira das 14H30 às 18H00 Dra. Inês Soares Castro 3ª e 5ª feira das 14H30 às 18H00 Marcações: Secretaria / Atendimento Maria Eugénia - extensão 234	Expediente 10h00 às 17h30 Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00 Serviço de Almoço Segunda a Sexta, das 12h30 às 14h30 Serviço de Bar Segunda a Sexta, das 9h00 às 19h00
PSIQUIATRIA médico: Dr. Monteiro Ferreira 2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00	ACUPUNCTURA especialista: Cmdt Araújo de Brito 2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00	SECRETARIA/ATENDIMENTO (Ver Horário e Telefones)	TELEFONES 21 751 2600 / 21 751 2601 21 751 2602 / 21 751 2603 21 751 2604 / 21 751 2605 21 751 2606 / 21 751 2607 21 751 2608 / 21 751 2609
UROLOGIA médico: Dr. Paulo Vale 2ª feira - 18H00 (quinzenal)	ESTOMATOLOGIA Dr. José Eduardo Simões Antunes 3ª e 5ª feira das 9H00 às 13H00 Marcações: Elizabete Maria	Serviço Social Dr.ª Ana Sérgio 2ª e 4ª feira das 09H00 às 18H00 3ª, 5ª e 6ª feira das 09H00 às 12H30	
GASTROENTEROLOGIA médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos 4.ª - 9H00 (quinzenal)	Serviço Protésico técnico de próteses dentárias: Dr. Carlos Lopes 4ª feira - 9H00		FAX GOS: 21 751 2610 DAF: 21 751 2669
FISIATRIA médico: Dr. Barros Silva 4ª feira - 16H00	PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA Dr.ª Teresa Infante Todos os dias Marcações: com a própria		
FISIOTERAPIA técnico: Carlos Rodrigues Todos os dias das 14H00 às 18H00			

Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional da ADFA em entrevista ao ELO

"Os projectos valem por si próprios e não pelas pessoas que os subscrevem"

O presidente da DN faz um balanço positivo do mandato que agora se conclui e revela algum desalento pelas dificuldades criadas ao longo dos anos em que presidiu à Direcção Nacional.

No entanto, Humberto Sertório expressa a sua confiança no futuro da ADFA.

Anabela Vieira e Rafael Vicente

ELO - Em declarações recentes referiu que esta Direcção não se vai recandidatar. Está posta de parte a hipótese de fazer parte de uma nova equipa?

Humberto Sertório (H.S.) - Essas declarações produzidas na intervenção efectuada no aniversário da Delegação de Famalicão não foram feitas de ânimo leve, nem com qualquer outro sentido que outros tentaram atribuir-lhe. Foram precedidas de uma análise efectuada com todos os elementos da Direcção Nacional que levou a esta decisão, razão pela qual também não estou disponível para integrar outro executivo.

ELO - O que o leva a assumir essa postura?

H.S. - Algum desalento, pelo modo como decorreu este mandato. Não só pela falta de solidariedade de alguns elementos de outros Órgãos Nacionais e Locais, mas também pela dificuldade com que o "aparelho" associativo, com posicionamentos pessoais e espaços muito consolidados ao longo destes 25 anos, reage às transformações que se pretendem imprimir. Quem não está nestes lugares a tempo inteiro, com uma lógica do poder pelo poder, nem de quaisquer outros interesses, mas única e exclusivamente com o espírito com que foi criada esta Associação, julgo não ter outra alternativa. Estou cansado, não de lutar voluntariamente por aquilo em que acredito, mas contra os "moinhos de vento".

ELO - E quanto ao Projecto saído do IV Congresso?

H.S. - Subscrevi com outros camaradas do Porto, de Lisboa e de Faro uma tese sobre "As Novas Estruturas de Desenvolvimento da ADFA" que obteve uma maioria de votos considerável. As ideias apresentadas nesta tese definem uma perspectiva de futuro para a nossa Associação. E a partir do momento em que têm a força da aprovação em Congresso, deixaram de ser do grupo de associados que as propôs e passaram a pertencer ao todo associativo, pois os projectos valem por si próprios e não pelas pessoas que os subscrevem. Estou convicto de que os associados saberão escolher os seus novos dirigentes, capazes de levar à prática as conclusões do IV Congresso, de modo a que não venha a acontecer o mesmo que aconteceu com as conclusões emanadas do III Congresso realizado há 11 anos.

ELO - Que causas aponta para a falta de participação associativa em Lisboa?

H.S. - A pouca participação associativa em Lisboa não é um problema exclusivo da ADFA, mas sim um problema das associações implantadas nas grandes cidades, em que os transportes sem qualidade, nomeadamente

para deficientes, e os tempos de percurso, inibem e desmotivam a participação quando as organizações não estão perto dos seus locais de residência ou não ficam no trajecto casa/emprego/casa.

Foi consciente desta dificuldade que a Direcção Nacional, no início do mandato que agora termina, dividiu por zonas geográficas a área da Grande Lisboa e iniciou a realização de reuniões com os associados junto aos seus locais de residência. Esta acção, que resultou em pleno no Barreiro, em Almada e em Queluz, não teve seguimento por indisponibilidade de tempo dos membros da DN. Mas os associados frequentam a sua Associação e utilizam os seus serviços e a prova está, nos mais de dez mil actos médicos, de apoio jurídico e de processos que se realizaram durante o ano de 1999.

ELO - Considera que a Delegação de Lisboa pode vir a solucionar os problemas mais prementes da ADFA?

H.S. - A criação da Delegação de Lisboa foi uma das resoluções do III Congresso que

exactamente a mesma quota e não têm tido a solidariedade e o apoio devido dos Órgãos Nacionais, uma vez que a organização associativa não acompanhou o desenvolvimento da Associação, de que a constituição da Delegação de Lisboa é o facto, para mim, mais relevante.

ELO - Que balanço faz deste mandato?

H.S. - Apesar de todos os constrangimentos que este executivo suportou, o balanço do mandato que agora termina é bastante positivo. Se não, vejamos a título de exemplo que, há quatro anos, o orçamento da Associação era de cerca de 90 mil contos, hoje, ultrapassa os 900 mil.

Criámos um controlo de gestão que nos permite analisar, já com alguma fiabilidade, os custos de cada departamento e de cada acção que desenvolvemos, deixando de haver um único "saco" onde tudo ia cair. Apesar de não sermos obrigados, temos um Revisor Oficial de Contas que nos ajuda, para maior transparência.



nunca foram implementadas e que, de facto, no meu entender, foi inibidora de um desenvolvimento integrado da ADFA a nível nacional.

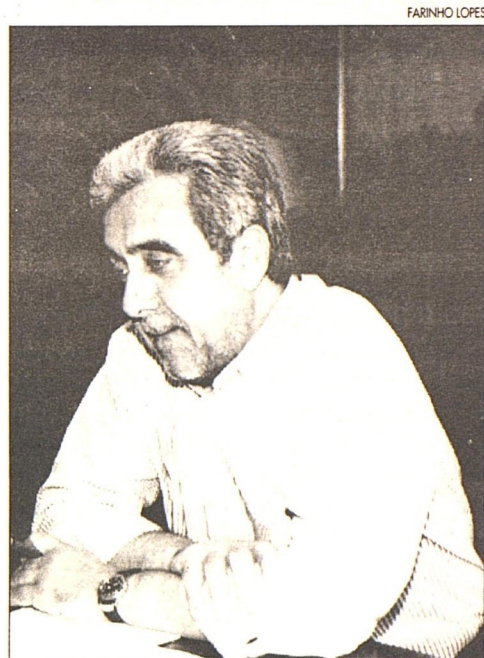
A sua constituição virá atenuar um dos problemas mais significativos da vida associativa. Refiro-me a uma maior ligação aos associados da área de Lisboa, como disse na questão anterior.

Outra questão, é a libertação da Direcção Nacional para as tarefas político/associativas do todo nacional e do apoio e desenvolvimento a nível das delegações com mais necessidades, a fim de reduzir as assimetrias existentes. Os nossos camaradas destas delegações, nomeadamente os grandes deficientes, que são os que apresentam mais necessidades, têm os mesmos direitos que os demais; pagam

Investimos nas instalações a nível nacional, com a aquisição de estruturas e melhoramentos em outras.

A nível da legislação, conseguimos fazer publicar um pacote legislativo só comparado ao DL 43/76 e apresentámos um projecto ao MDN, logo que saiu a regulamentação da Lei do DPTS (Stress de Guerra), no sentido da implementação da Rede Nacional de despiste e tratamento, utilizando para o efeito as instalações da ADFA a nível nacional. Criámos em Lisboa uma pequena clínica que já tem 11 valências e apoiamos também, outras iniciativas semelhantes nas delegações do Porto e de Famalicão.

Participámos activamente no movimento associativo de deficientes e também, no movimento associativo militar.



Mas, não foram só situações bem sucedidas, pois ainda não conseguimos fazer publicar alguma legislação que reputamos da maior urgência e resolver o problema dos recursos humanos da Associação, que necessitam urgentemente de ser racionalizados, para o que é necessário uma ampla base de apoio que não foi possível congregar.

ELO - Quais as críticas que aponta à actual dinâmica associativa?

H.S. - A Associação sempre teve um cariz profundamente democrático em que todos sempre puderam exprimir livremente as suas opiniões, mas esta liberdade nem sempre foi acompanhada pela necessária responsabilidade, o que, por vezes, provoca choques de personalidade inevitáveis. O confronto de ideias tem sido um dos pontos que mais tem ajudado ao desenvolvimento da ADFA, mas não podemos perder mais tempo em conversas. O nosso amanhã está aí e, se estamos à espera de que sejam os governos do País, só por si, a resolver os problemas da nossa terceira idade, eles nunca mais serão resolvidos. E, é aqui, quanto a mim, que a dinâmica associativa tem que ser alterada.

É impensável continuar a desenvolver os serviços de que os associados carecem, mantendo a estrutura organizativa actual. As conclusões do Congresso apontam necessariamente para a separação da actividade associativa da actividade de prestação de serviços e é urgente a individualização destas actividades, se queremos que ambas se desenvolvam de um modo sistemático e racional a nível nacional.

Esta separação dará muito mais força à dinâmica associativa e com certeza trará uma qualidade acrescida aos serviços que já prestamos aos nossos associados e àqueles que no futuro venham a ser criados.

ELO - Que futuro vislumbra para a Associação?

H.S. - As conclusões do nosso IV Congresso respondem por mim a esta questão, pois estou perfeitamente de acordo com a matéria nele aprovada. O que me preocupa é a concretização destes objectivos. Estou, no entanto, crente de que os nossos camaradas saberão encontrar uma equipa com capacidade para levar a cabo esta tarefa, que não é fácil, evitando cometer os erros do passado, pois estes não devem ser esquecidos nem renegados e devem servir de alerta para que outros semelhantes não sejam cometidos, pois quem renega o passado está a renegar-se a si próprio.

E, estou certo que se assim acontecer, o futuro da ADFA será brilhante. •

A OPINIÃO DOS ELEMENTOS DO CONSELHO NACIONAL

1. Subscreve o projecto associativo aprovado no IV Congresso?
2. Faz alguma crítica ao desempenho dos actuais órgãos nacionais?
3. Se sim, o que faria para alterar a situação?
4. Concorde com a criação de uma lista de consenso para as eleições? Porquê?
5. Pretende candidatar-se?

Humberto Viveiros

1) Subscrovo apenas 99 por cento, porque o outro fica para uma matéria que gostaria de ver contemplada nas conclusões finais para os deficientes em serviço e isso infelizmente não aconteceu, apesar do meu esforço.

2) Não tenho nenhuma crítica a fazer, a não ser lamentar profundamente a intransigência da Direcção Nacional em não se recandidatar.

3)

4) Concorde na medida em que o consenso contribui em muito para a nossa união em torno de um projecto que a todos diz respeito.

5) Naturalmente que sim, porque também temos um projecto grandioso a seguir em frente, se os associados assim o entenderem.

Luís Baltazar

1) Antes de mais, entendo que o IV Congresso veio consubstanciar o percurso iniciado em 1995. O IV Congresso deu à ADFA um instrumento para o seu desenvolvimento e evolução no quadro da sociedade portuguesa. O projecto requer um estudo sério e profundo sobre as prioridades, meios e formas de execução. No projecto emergem novos desafios que exigem da ADFA uma estrutura eficaz e qualitativa, principalmente em áreas de gestão administrativa e serviços de toda a ordem.

2) Críticas haverá sempre a fazer, pois o homem ainda não atingiu o total perfeccionismo. Assim, entre outras, aponto o vazio verificado na reestruturação organizativa da gestão administrativa global da ADFA, principalmente, em áreas sensíveis, como por exemplo: gestão de recursos humanos. Aponta-se também a insensibilidade verificada na relação inter-órgãos, demonstrando que ainda muito há que aprender nesse domínio. Algum vazio no incentivo associativo em que foram

poucas as soluções encontradas para o seu desenvolvimento. Entenda-se que nestas críticas considera-se o rol de dificuldades que o próprio percurso trouxe aos respectivos Órgãos.

3) Uma nova perspectiva se abre à ADFA, com a implementação da Delegação de Lisboa. Esta acção no terreno poderá ajudar a alterar profundos "guetos" resistentes no seio da ADFA e no seu funcionamento. Era bom que a nova conjuntura avaliasse com seriedade e firmeza pontos nevrálgicos da ADFA, quer ao nível local como Nacional. A ADFA tem de munir-se de capacidades eficazes e qualitativas, principalmente ao nível da gestão administrativa, serviços e outros, que não se compadecem com imobilismos, sedentarismos, comodismos, etc. É necessário haver profissionalismo, eficácia e qualidade nos serviços, etc, etc.

4) Em princípio não sou discordante, mas gostaria mais de ver e de forma independente a lista de cada Órgão Nacional, como seja MAGN, DN e CFN. Compreendo que estas independências exijam dos eleitos uma maturidade substancial, quer no relacionamento inter-órgãos, como na ponderação e tolerância, e isso muitas das vezes é difícil de gerir. Mas o homem caminha para a frente e os desafios devem ser um estímulo para não recuar e sim para vencer.

5) Em princípio, não está em meu horizonte qualquer disponibilidade de candidatura. Sabendo que muitas das vezes as circunstâncias inseridas no tempo levam a alterações e novos equacionamentos. Mas no momento e neste caso concreto essa equação não se coloca.

Mário António Ferreira dos Santos

1) Sim. Inequivocamente.

2) Sim. Deveriam ter levado mais além o cumprimento do projecto associativo que esteve

na base da sua eleição.

3) Criar rapidamente a Delegação de Lisboa

Defender e concretizar o projecto associativo correctamente, através da hierarquização dos problemas.

4) Não de consenso a todo o custo, mas de consenso em torno de um projecto. Do projecto determinado pelo IV Congresso que, esse sim, é consensual.

5) Entendo que quem se candidatar deve ter o mínimo de disponibilidade. Eu, por razões profissionais, não tenho essa disponibilidade.

Nicolau Rufino

1) Sim.

2) A divisão entre Órgãos Sociais Nacionais e alguns associados trabalhadores da ADFA.

3) Legislação igual para todos os militares, que se deficientaram durante o serviço militar entre DFA e não DFA.

4) Porque é melhor para a ADFA e seus associados.

5)

Anquises Carvalho

1) Sim. Embora tivesse opinião contrária num ou noutro tema/tese, após a sua aplicação e aceitação pelo Congresso, apoio-a a 100 por cento e colaborarei para a sua plena concretização.

2) Sim. Se não houvessem críticas, entenda-se MAGN, CN, DN e CFN, algo estaria muito mau. De qualquer forma, as críticas a fazer são de pouca importância, sendo talvez a mais "grave", a não tomada de qualquer posição do CN, no que diz respeito à não comparência sistemática às reuniões, da Delegação de Évora.

3) Sinceramente, não sei. É um pouco complicado. O certo, é que é uma grande falta de respeito da Delegação de Évora e dos seus dirigentes para com o 2º Órgão Nacional, e todos os seus representantes, em suma, toda a ADFA.

Sugestão: Se Évora não precisa da ADFA, a ADFA!!! (Para bom entendedor...)

4) Sim, concordo com a chamada lista de consenso. Se houver "essa" lista, quer dizer que houve diálogo, que as pessoas se entendem, que

os associados não vão ser obrigados a escolher, que não há divisões internas. Talvez se evitem situações de dispersão de bons elementos, como acontecerá, se não for consensual. Além disso, na minha opinião, se houver mais do que uma lista, e ao contrário do que muita gente pensa e diz ser salutar, e digo o contrário, pois ao fim de 26 anos de intensa e participada vida associativa "sei" o que representa internamente o aparecimento de mais de uma lista.

5) Não. Impossível. Faço parte de uma Delegação com projectos para acabar e ou outros para iniciar. No futuro, com a Delegação de Lisboa a funcionar em pleno, libertando os órgãos nacionais, nessa altura, quem sabe?

Nota:

Quanto a mim, este "inquérito", deveria ter sido posto claramente em duas "questões", ou seja:

1 - Uma, ao associado, qualidade em que respondo a este;

2 - Outra, como dirigente, qualidade de que me não posso "dissociar", ou seja, este inquérito e as questões postas, têm toda a legitimidade, interesse e oportunidade, mas deveria ser assumido com frontalidade, honestidade e franqueza.

3 - Falta talvez uma pergunta ou duas, tais como:

A - Acha que deveriam continuar actuais elementos dos Órgãos Nacionais?

B - Se sim, quais?

João Gonçalves

1) Sim, estou de acordo com o projecto, mas entendo que se deve fazer algo que chame os associados a participar na vida associativa.

2) Governar a ADFA é difícil, os associados exigem a permanente actualização das coisas. É difícil ser dirigente associativo, estes Órgãos tudo têm feito para melhorar as condições de vida dos associados e suas famílias. Mas há coisas que poderiam estar melhor.

3) Como referi, muito foi feito, muito há para fazer para alterar, mas os "lobbies" uma vez instalados são difíceis de vencer. Há que agir sem medo, de forma a que os interesses dos associados nunca sejam postos em causa.

4) Concorde plenamente, e vou fazer tudo para que assim seja, demonstrando que na ADFA há um clima de unidade, de concordância e estão todos com o mesmo projecto associativo. É bom que assim seja.

5) Sou Deficiente das Forças Armadas, sou associado da ADFA, faço parte desta grande e nobre família, sou dirigente associativo em Viseu, e estarei sempre disponível para continuar o projecto ADFA em qualquer lugar que entendam que eu seja útil.

Direitos e Deveres

A advogada responde

Transmissão de arrendamento

" O meu pai era DFA e faleceu no mês passado, vitima da sua deficiência. Eu e a minha mulher, desde que nos casámos, que vivemos com o meu pai num andar que ele alugou em Lisboa. Gostava de saber se tenho direito à casa, pois sempre ali vivemos, não temos para onde ir e a renda que o meu pai pagava é bastante baixa."

Na qualidade de descendente, tem direito à transmissão do arrendamento desde que reúna duas condições: estar a viver com o seu pai há mais de um ano antes do seu falecimento, e não ter outra residência na comarca de Lisboa, e arredores.

Reunidas as descritas condições e para que se efectue a transmissão do arrendamento,

terá de comunicar ao senhorio, por carta registada com aviso de recepção, o falecimento do seu pai, no prazo de seis meses a contar da data em que o mesmo ocorreu.

Deverá mencionar na carta, que vivia com o seu pai há mais de um ano, que não possui outra residência, e requerer a transmissão do arrendamento.

Deverá juntar à carta os seguintes documentos autênticos ou autenticados: certidão do seu nascimento e certidão de óbito do seu pai.

Em relação à renda da casa, podem ocorrer duas situações. Se tiver menos de 26 anos, ou for reformado por invalidez, ou sofrer de incapacidade total para o trabalho, a renda não poderá sofrer qualquer aumento que não seja o que resulta das actualizações anuais.

Caso não se encontre em nenhuma destas situações, o senhorio poderá fazer uma de duas coisas: aumentar a renda até ao máximo permitido no regime da renda condicionada,

ou, em alternativa, denunciar o contrato e pagar-lhe uma indemnização correspondente a dez anos de renda.

No caso do senhorio optar pelo pagamento da indemnização, poderá opor-se à denúncia do contrato, no prazo de dois meses, propondo ao senhorio o pagamento de uma nova renda.

Neste último caso, o senhorio terá um mês para se decidir ou pela manutenção do arrendamento com a renda proposta, ou pela denúncia do contrato, caso em que terá de lhe pagar uma indemnização correspondente a dez anos do valor da renda que lhe tiver proposto.

Inês Soares Castro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Proibição das Discriminações

Decreto-Lei 111/2000, de 4 de Julho

Este diploma vem regulamentar a Lei 134/99, de 28 de Agosto, que tem por objectivo **prevenir e proibir as discriminações no exercício de direitos, por motivos de raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.**

Para efeitos deste diploma, consideram-se **práticas discriminatórias** «as acções ou omissões que, em razão da pertença de qualquer pessoa a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica violem o princípio da igualdade». Contempla ainda este diploma a proibição de «despedir, aplicar sanções ou prejudicar por qualquer outro meio o trabalhador por motivo do exercício de direito ou de acção judicial contra prática discriminatória».

A prática de qualquer acto discriminatório por pessoa singular ou pessoa colectiva de direito público ou privado é sancionada com contra-ordenação punível com coima graduada entre o valor de, respectivamente, uma e cinco vezes ou duas e dez vezes o salário mínimo nacional, para além de eventual responsabilidade civil ou de aplicação de outra sanção. Sempre que se verifique uma reincidência, os limites atrás referidos são elevados para o dobro.

Para além destas sanções, **podem ainda ser aplicadas acessoriamente**, em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, **as seguintes sanções**: perda de objectos pertencentes ao agente; interdição do exercício de profissões ou actividades de carácter público; privação do direito a subsídio ou benefício público; proibição do direito de participar em feiras ou mercados; proibição do direito de participar em arrematações ou concursos públicos; encerramento de estabelecimento sob licença de autoridade administrativa e suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

O **dever de comunicação**, de situação susceptível de ser considerada contra-ordenação, deve ser exercido quer por pessoa singular quer colectiva, ao Membro do Governo que tenha a seu cargo a área da igualdade; ao Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; à Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e à Inspeção-Geral competente em razão da matéria.

A **competência para a medida das sanções e a aplicação de coimas e das sanções acessórias** é do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

Imposto Municipal sobre Veículos

Portaria 395/2000, de 14 de Julho

A **cobrança do imposto municipal sobre veículos** far-se-á no mês de Setembro.

No entanto há algumas excepções: se o uso e fruição dos veículos se verificar posteriormente a Setembro de dois mil, a liquidação e cobrança do imposto efectuar-se-á **antes da utilização dos veículos**; se se tratar de veículos novos, **nos oito dias imediatos à data da aquisição** e tratando-se de veículos de matrícula nacional, saídos do País antes de Setembro de dois mil, **nos oito dias seguintes àquele em que regressem ao País** (vide diploma do mês).

Suplemento de Missão

Decreto-Lei 394/2000, de 14 de Julho

Procede à actualização dos montantes do suplemento de missão dos militares das Forças Armadas participantes em missões de paz e humanitárias, nos anos de 1998 e 1999.

Assim, para o **ano de 1998** o suplemento de missão é **actualizado em dois vírgula setenta e cinco por cento**, com efeitos a um de Janeiro de 1998; para o **ano de 1999 a actualização é de três por cento**, com efeitos a um de Janeiro de 1999.

O suplemento de missão será actualizado em Janeiro de cada ano, de acordo com o valor percentual correspondente às ajudas de custo a abonar aos militares das Forças Armadas, por deslocações em missão oficial ao estrangeiro e no estrangeiro.

Prémios de Seguro

Decreto-Lei 142/2000, de 15 de Julho

Este decreto-lei **consagra «o regime jurídico do pagamento dos prémios de seguro»**, aplicando-se a todos os contratos de seguro, excepto aos seguros dos ramos colheitas, «Vida» e seguros temporários celebrados por períodos inferiores a noventa dias.

Relativamente ao **prémio ou fracção inicial** este é devido na **data da celebração do contrato**, enquanto os **prémios ou fracções subsequentes** são devidos nas **datas estabelecidas na apólice**. A cobertura dos riscos verifica-se a partir do momento do pagamento do prémio ou fracção inicial.

O **aviso para pagamento** de prémios ou fracções subsequentes é

Diploma



do Mês

Imposto Municipal sobre Veículos

Decreto-Lei 116/2000, de 4 de Julho

«As taxas do imposto municipal sobre veículos têm vindo a ser actualizadas em função da inflação, quer através de alteração directa contida na lei do Orçamento do Estado, quer mediante autorização dada ao Governo na mesma lei, como foi o caso do último Orçamento, competindo à Direcção-Geral dos Impostos, em conformidade com essa actualização, publicar no Diário da República as respectivas tabelas.

Neste sentido, a Lei do Orçamento do Estado para 2000 contém uma autorização ao Governo para proceder à actualização das taxas do imposto municipal sobre veículos em 2%, com arredondamento para a dezena de escudos imediatamente superior.

Com o presente diploma utiliza-se na totalidade essa autorização legislativa, aproveitando-se a oportunidade para publicar as tabelas referidas no artigo 8º do Regulamento do citado imposto, já actualizadas em conformidade.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios.

Assim:

No uso da autorização legislativa conferida pelo nº 3 do artigo 55º da Lei nº 3-B/2000, de 4 de Abril, e nos termos das alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo único

1 - São actualizados em 2%, com arredondamento para a dezena de escudos imediatamente superior, os valores constantes das tabelas do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 143/78, de 12 de Junho, com as alterações que lhe foram introduzidas posteriormente.

2 - Publicam-se, em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante, as tabelas I a IV, constantes do nº 1 do artigo 8º do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos, actualizadas nos termos do número anterior.»

TABELA I
AUTOMÓVEIS

Grupos	Automóveis			Imposto anual segundo a antiguidade do automóvel		
	Combustível utilizado		Movidos a electricidade	Até 6 anos 1.º escalão	Mais de 6 anos até 12 anos 2.º escalão	Mais de 12 anos até 25 anos 3.º escalão
	Gasolina	Outros produtos Cilindrada (cm³)				
A	Até 1000	Até 1500	Até 100	2 760\$00	1 530\$00	920\$00
B	Mais de 1000 até 1300	Mais de 1500 até 2000	Mais de 100	5 510\$00	2 760\$00	1 430\$00
C	Mais de 1300 até 1750	Mais de 2000 até 3000		8 570\$00	4 290\$00	1 940\$00
D	Mais de 1750 até 2600	Mais de 3000		21 630\$00	10 410\$00	4 080\$00
E	Mais de 2600 até 3500			34 380\$00	16 530\$00	7 860\$00
F	Mais de 3500			60 900\$00	28 160\$00	11 730\$00

TABELA II
MOTOCICLOS

Grupos	Motociclos Cilindrada (cm³)	Imposto anual segundo a antiguidade do automóvel		
		Até 5 anos	Mais de 5 anos até 10 anos	Mais de 10 anos até 15 anos
		1.º escalão	2.º escalão	3.º escalão
G	De 180 até 250	820\$00	-	-
H	Mais de 250 até 350	1 130\$00	820\$00	-
I	Mais de 350 até 500	2 760\$00	1 530\$00	920\$00
J	Mais de 500 até 750	8 570\$00	4 290\$00	1 940\$00
K	Mais de 750	17 340\$00	8 370\$00	4 080\$00

feito pela empresa de seguros, por escrito, até trinta dias antes da data em que os prémios ou fracções subsequentes sejam devidos, indicando a data do pagamento, o valor a pagar, a forma de pagamento e ainda as consequências da falta do pagamento, nomeadamente a data a partir da qual o contrato é automaticamente resolvido.

A falta de pagamento de prémio ou fracções subsequentes constitui o tomador de seguro em mora, e decorridos trinta dias após a data atrás referida o contrato é automaticamente resolvido, sem possibilidade de ser repostado.

Este diploma entra em vigor no dia um de Outubro de dois mil.

Censos 2001

Decreto-Lei 143/2000, de 15 de Julho

Este diploma «estabelece as normas a que devem obedecer os XIV Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação, ..., a realizar em todo o território nacional, durante o ano 2001.»

Os Censos 2001 são efectuados através de questionários, sendo individuais, simultâneos e de resposta obrigatória e gratuita.

Os questionários abrangem a estatística individual, família, alojamento e edifício. Entre as variáveis primárias a observar na unidade estatística indivíduo, destaca-se a **ocorrência de deficiência e consequente grau de incapacidade.**

A Delegação de Lisboa, uma realidade em movimento!

Depois das resoluções do III Congresso, em relação à criação da Delegação de Lisboa, das adequações correspondentes dos normativos estatutários, na sua revisão de 1995, das deliberações, a tal respeito, por parte do Conselho Nacional e das conclusões do recente IV Congresso, os associados, residentes na área em causa, decidiram tomar em suas mãos a implementação dessa futura estrutura orgânica da ADFA.

Foi esta, que se manifeste, a única conclusão do IV Congresso levada à prática, até agora, possivelmente por ter sido movimentada exclusivamente pelos associados. Estes, em número acerbado das seis dezenas, incluídos os provindos dos núcleos, reuniram na Sede, logo a 23 de Maio, para equacionarem a aplicação prática de todas aquelas determinações.

De tal reunião resultou que se tivesse entendido, face à actual dimensão nacional da ADFA, que é inexistente a hipótese de participação associativa efectiva, aos deficientes militares ali radicados, em relação às oportunidades institucionais, que aproveitam aos camaradas residentes nas áreas das diversas delegações;

Alvitadas algumas vias de solução para a questão, foi unânime, por parte de entusiastas e cépticos, a concepção de que é necessário o conhecimento fundamentado da real vontade dos associados em causa, com referência à implementação da delegação de Lisboa. O diálogo aberto e descentralizado, entre os associados, foi considerado como o modo mais adequado, para que se traga este seu importante sector à plena intervenção na nossa vida colectiva;

Daquela constatação emergiu a necessidade de levar, a toda a zona em foco, a evolução das recomendações dos III e IV Congressos, e empenhamento do CN, naquela matéria;

Foi assim assumido, pelos presentes, o envolvimento generalizado de todos na divulgação do tema, do seu esclarecimento e auscultação do sentimento dos associados, no que se refere à bondade, ou não, do ressurgimento da futura delegação;

No sentido da aglutinação da dinâmica



FARINHO LOPES

criada, e concentração das sinergias dela emergentes, foi entendido encarregar um grupo, de entre os participantes, para empreender a tarefa de coordenar a programação dos encontros a desenvolver, com a finalidade do contacto com o maior número possível de associados, no maior número possível de locais da região em causa;

Foram então indigitados, para compor o denominado "Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa", os Associados Patuleia Mendes, Armando Alves, Mário Djaló, Capela Gordo e Luís Machado. Dias depois, tal "Grupo" seria legitimado pela Direcção Nacional.

Antecipando o plano de encontros a desenvolver, alguns dos associados, de áreas mais distantes da Sede, assumiram a divulgação destas intenções, junto dos camaradas das suas zonas de residência;

Realçou-se, como de muita utilidade e premência, a realização de reuniões nas áreas de Peniche, Alcobaça, Aveiras de Cima, Torres da Quinta do Morgado, Almada e Barreiro, devendo estender-se tal objectivo às zonas não organizadas associativamente, aglutinando-se os associados em reuniões centralizadas no Entroncamento, Santarém, Coruche, Vila Franca de Xira, Torres Vedras, no eixo Amadora-Sintra e região de Oeiras e Cascais;

Colhida, de génese e com participação legítima e genuína, a sensibilidade associativa para este passo, definitivo e decisivo para o futuro desta zona, e de toda a ADFA, foi sugerido que se encetassem contactos com as Delegações, designadamente as que se encontram encarregadas, pelo CN, de acompanhar este processo, de molde a que se consensuem procedimentos, dado que as etapas a empreender, se fulcraís para os associados da área de Lisboa, não o deixam de ser para o todo nacional, onde a ADFA se implanta e dimensiona;

Formalizando esta dinâmica, o Conselho Nacional deliberou, em 8 de Julho e em ponto próprio da sua ordem de trabalhos, a constituição de um Grupo de Trabalho, composto pela Direcção Nacional, pela Comissão por ele nomeada para este efeito e integrada pelos representantes dos Conselhos das delegações de Bragança, Coimbra, Famalicão, Porto e Viseu, e pelo aludido Grupo de Diálogo legitimado pela DN, para arrancar com as diligências que levem à formalização e abertura da Delegação de Lisboa.

De tal resolução extrai-se ainda, que este novo grupo integrado apresentará, na próxima reunião do CN, um pre-projecto da implantação espacial e divisão de serviços, entre a Sede Nacional e a futura Delegação,

tal como então a DN proporá a Comissão Instaladora respectiva, para efeitos de ratificação. Complementarmente, deverá estar concluída, até ao final do primeiro semestre do ano de 2001, toda a tramitação para o início de funcionamento da Delegação, incluindo as eleições para os seus Órgãos Sociais.

Em tal sentido, este Grupo de Trabalho, reunido no dia 22 de Julho, decidiu, por especial empenho dos representantes das Delegações, confiar ao Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa a tarefa de ir compilando tal pre-projecto e correspondente orçamento provisório, colhendo permanentemente o conselho das Delegações, com o fim de que tal documento esteja pronto e aceite por todos, associados de Lisboa e Grupo de Trabalho nomeado pelo CN, a fim de que o mesmo seja apresentado no momento indicado.

Por seu lado, o citado Grupo de Diálogo está a envidar os melhores esforços, para a auscultação e sensibilização dos associados da área de Lisboa, no intuito da sua massiva adesão ao projecto de criação da Delegação, em reuniões, com possibilidade de concretização, nas localidades antes mencionadas durante as três primeiras semanas de Setembro próximo e que congregarão os residentes nos concelhos limítrofes daquelas.

O apelo à presença e participação dos associados, dada a exiguidade de tempo e a época de férias que se vive, efectuar-se-á por convocatória pessoal, a ser-lhes enviada em breve.

Associado de Lisboa está, pois, atento! A tua envolvimento neste projecto é vital para o futuro de todos nós e para a harmonia nacional da ADFA.

Contamos com a adesão de todos, para levar a bom termo este desafio comum!

Pelo Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa,

Cândido Manuel Patuleia Mendes

Etelvino da Silva Baptista

"Diário de Guerra"

Três Sinais Editores - Lisboa - 2000

"Este Diário foi escrito na intimidade, com uma escrita quase secreta, porque pensei em deixar um testemunho para a minha família." Foi assim que Etelvino da Silva Baptista, autor do livro "Diário de Guerra - Angola 61/63", definiu a sua obra, com a modéstia do simples soldado que resolveu testemunhar para si próprio o que ia vivendo e sentindo aquando da sua comissão em terras de Angola, na Guerra Colonial.

Os seus registos foram primeiro divulgados a uma cadeia de televisão pelo filho de Etelvino Baptista, e depois alvo de transcrição na íntegra para uma obra ilustrada com as fotografias de guerra do autor.

Os episódios dramáticos descritos em esparsas linhas de texto, com a frontalidade e alguma frieza de quem se desencantou com a realidade em que era forçado a combater,

traduzem uma realidade histórica que o professor Rui de Azevedo Teixeira enquadró na diarística de guerra, quando, no passado dia sete de Julho, em Lisboa, participou no lançamento do livro da Editora Três Sinais.

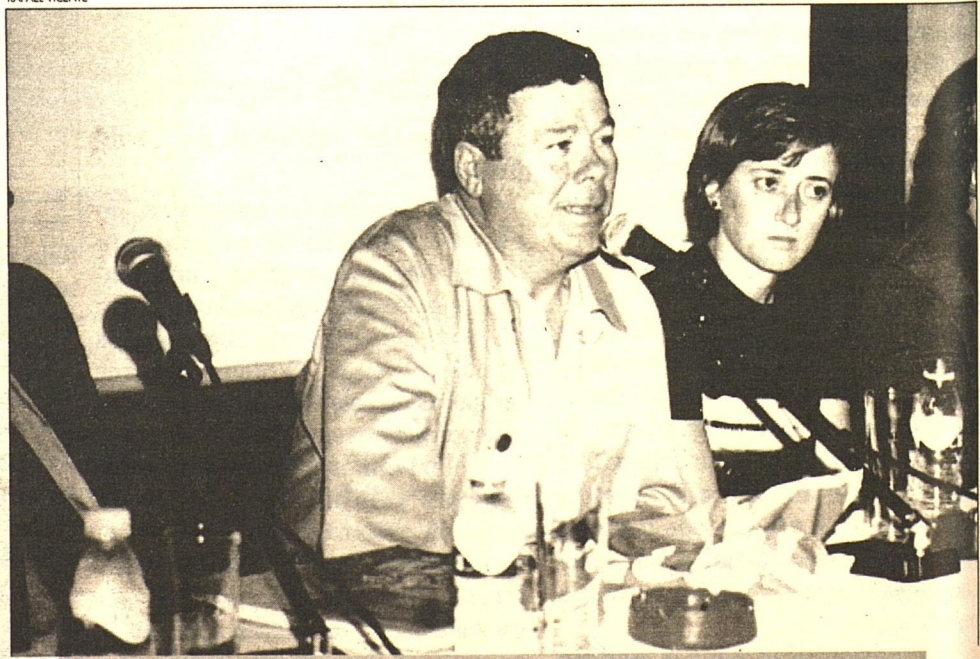
As mais de 150 páginas e 100 fotografias do livro vêm trazer uma visão "de dentro" sobre a guerra colonial e o seu autor, agora com 61 anos, está expectante sobre o resultado da publicação do Diário.

"Tenho consciência de que o livro pode ser polémico por algumas constatações mais violentas nele contidas", considerou o autor.

A cerimónia de lançamento do livro contou ainda com as intervenções de David Martelo e de Sousa e Castro, militares com vastos conhecimentos e vivências sobre o conflito em África.

Etelvino Baptista lembra-se ainda hoje

RAFAEL VICENTE



Etelvino da Silva Baptista

dos homens que viu ficarem deficientes e dos que desapareceram, mortos pela crueldade do conflito e lamenta que "o Estado português

tenha votado ao esquecimento homens que deram a sua saúde e a sua vida naquela guerra."

R.V.

Deficientes motores podem tomar banhos de mar

Praias para todos em Cascais

RAFAEL VICENTE



O Tiralô deve ser conduzido com o auxílio de dois técnicos



Vitorino Vieira Dias no momento em que se referiu ao livro sobre acessibilidades

Parece um brinquedo colorido mas é um veículo que vem trazer mais uma valência aos cidadãos portadores de deficiência motora, possibilitando-lhes idas à praia com tudo o que "ir à praia" implica.

Tomar banhos de mar sempre foi uma dificuldade para algumas pessoas portadoras de deficiência e para muitas mesmo uma impossibilidade.

Depois de experiências de sucesso em França, país que lançou o invento, o Tiralô surgiu em Portugal, nas praias de Viana do Castelo e agora em Carcavelos e no Guincho, na linha do Estoril.

O dia dez de Julho foi a data escolhida para apresentar o veículo que traz mais mobilidade aos deficientes motores nas areias de algumas praias. A cerimónia em que o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), a Câmara Municipal de Cascais e a Cercica assinaram um protocolo de cooperação que garante a continuidade da experiência trouxe, entre outras novidades, o projecto "Praias para todos em Cascais" e contou com a presença do presidente da Direcção Nacional da ADFA, Humberto Sertório.

A vice-presidente da Cercica, Rosa Neto, destacou a colaboração da técnica do Lar da Boa Vontade, dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos e dos "marezinhas", jovens que participam no programa "Maré Viva" (da Câmara Municipal de Cascais), como "fulcrais para o sucesso desta iniciativa conjunta em prol dos cidadãos com dificuldades de locomoção".

O secretário Nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, felicitou a edilidade pelo desenvolvimento da iniciativa que, disse, "beneficiará seguramente cidadãos residentes, turistas e todos os que sofram de dificuldades motoras". "É a parceria entre estas entidades que é importante realçar", continuou salientando que "Cascais foi um dos primeiros municípios a criar um Conselho Municipal para a Integração das Pessoas com Deficiência".

Vieira Dias apresentou ainda a mais recente publicação sobre acessibilidades, uma edição do SNRIPD que incide sobre as alterações estruturais implementadas por algumas autarquias por todo o País. O livro alude às remodelações e construções que contemplam melhores acessos para os portadores de deficiência, com informações sobre os autores dos projectos, profusamente ilustrado com fotografias e plantas que evidenciam "o muito que se vem fazendo por todo o País para que o acesso aos locais públicos seja mais fácil para os cidadãos portadores de deficiência e idosos."

O presidente da Câmara Municipal de Cascais, José Luís Judas, congratulou-se com a

participação das empresas e das instituições nesta iniciativa e destacou que "é importante definir como prioridade este tipo de experiência, pelo que para o ano gostaríamos de fazer um balanço positivo sobre esta valência".

Rui Cunha, secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, presidiu à cerimónia e referiu que "sem o apoio das autarquias não é possível pôr em prática a acessibilidade", valorizando o que este ano ainda funciona experimentalmente.

Como funciona

O projecto "Praias para Todos em Cascais" vai ser desenvolvido entre um de Agosto e 21 de Setembro, iniciando-se no passado dia 11 de Julho a acção de formação sobre o uso e manutenção dos veículos "Tiralô", em instalações da autarquia de Cascais e na praia de Carcavelos.

O Tiralô foi construído por Robet Guiglion, técnico do centro de trabalho de deficientes "Ensoleillade", em França, e o seu projecto inicial sofreu modificações para se tornar num equipamento para todas as pessoas com dificuldades de mobilidade.

O veículo compõe-se de uma estrutura hidrodinâmica em aço inoxidável, desmontável, que possui duas bóias laterais de plástico rígido e três rodas do mesmo material. Extremamente leve e fácil de montar, o equipamento fica guardado nas instalações dos bombeiros sendo transportado para a praia quando requisitado por uma das instituições de e para deficientes que funcionam no concelho de Cascais.

Para puxar e não empurrar, o Tiralô é um

equipamento de fácil manuseamento, desde que se conheça as especificidades do local (inclinações, areia molhada e seca, ondulação, entre outros).

O nome deriva da abreviação da expressão francesa "tirer à l'eau" - puxar para a água.

O Tiralô flutua como uma jangada e permite que quem é transportado se molhe totalmente, usufruindo de um período não superior a meia hora de banhos de mar.

Para usufruir deste equipamento, as instituições devem contactar a Câmara Municipal de Cascais ou a Cercica, coordenando a melhor forma de disponibilizar esta vertente do lazer na praia.

Para usar o Tiralô é necessário cumprir algumas medidas de segurança como usar um colete salva-vidas e aplicar as técnicas de salvamento ensinadas aos monitores.

O programa "Maré Viva" disponibilizou uma tenda de apoio para a transferência da cadeira de rodas para o Tiralô e para guardar as roupas e outros pertences dos utilizadores.

O Tiralô vai estar disponível por marcação das 10h00 às 17h30, para períodos de utilização de meia hora (incluindo transferências), durante os meses de Agosto e Setembro. Para o caso de instituições sediadas fora do concelho de Cascais, a utilização do Tiralô deve ser articulada com instituições daquela zona.

A formação dos técnicos que vão acompanhar os banhos de mar com o Tiralô decorreu durante o mês de Julho, com uma sessão teórica e várias sessões práticas, na praia de Carcavelos. A ADFA esteve representada na formação sobre este veículo pela técnica de Serviço Social da Sede, Ana Sério.

Todos ajudam

Num projecto inovador como o do Tiralô é necessária a colaboração dos jovens do Programa "Maré Viva", além do apoio prestado pelos Bombeiros Voluntários de Carcavelos e do Lar da Boa Vontade.

Os jovens daquele programa apoiam as actividades com o Tiralô, sendo responsáveis pela vigilância dos pertences dos utentes do veículo e pela assistência em caso de dificuldades.

Jorge Albuquerque, associado da ADFA, é um dos colaboradores neste programa que envolve mais de duas centenas de jovens nas praias da Linha.

Estar atentos às diversas situações que possam surgir na praia, estando preparados para intervir em situações de perigo, são as funções dos "marezinhas", como são chamados os jovens que participam no Programa.

Questões da saúde e do ambiente, entre outras, são preocupações em que se baseia a actividade dos jovens que frequentaram um curso na Cruz Vermelha Portuguesa.

"No ano passado houve até uma situação de acidente com uma viatura que caiu para a linha do comboio, em que a actuação destes jovens foi importante: preveniram as autoridades e fizeram tudo para que o acidente não se tornasse ainda mais grave", exemplificou Jorge Albuquerque que destacou a grande adesão dos mais novos e a mudança de atitude nas pessoas que frequentam as praias.

Susana Monteiro, Nadia Jesus e João Frederico "são bons exemplos da lição melhor que tive desta experiência que já vai no segundo ano", referiu Jorge Albuquerque. "Por altura das convocatórias para a época balnear, grande parte dos que se inscreveram já tinham participado no ano anterior", salientou, afirmando que "não falhou nenhum".

Susana Monteiro estuda na faculdade e em tempo de férias alinha com amigos mais novos no Programa que, segundo Jorge Albuquerque, "também tem a sua vertente formativa".

Com o funcionamento por turnos, a Câmara Municipal de Cascais, entidade dinamizadora do Programa "Maré Viva", mantém em cada praia um total de 14 jovens por dia, agrupados consoante os turnos estabelecidos, "permitindo dar apoio às mais diversas situações."

"O Programa tem funcionado sempre muito bem e este ano os jovens contam com mais uma responsabilidade que é colaborar no Projecto "Praias para Todos em Cascais", referiu Jorge Albuquerque.

R.V.



Jorge Albuquerque e os "marezinhas"

Casos de Guerra

Operação "Nó Górdio"

Faz hoje, dia 7 de Julho, precisamente 30 anos que uma companhia de caçadores, acabadinha de chegar a Mueda, Moçambique fez o seu baptismo de guerra, tomando parte na grande operação "Nó Górdio", cujo objectivo era destruir as bases do inimigo existentes naquela zona, assim como os seus meios de sobrevivência. A estratégia era também formar um cerco para que o inimigo ficasse encurralado, só que, quando a tropa chegou, só as galinhas lá se encontravam, pois tudo o que era ser humano tinha fugido.

Hoje reconheço ainda melhor a falta de consciência de um chefe de operações com puro desprezo pela vida dos filhos dos outros, que não obstante tratar-se de uma companhia "maçarica", exigiu que se patrulhasse as picadas à noite, em viaturas, com as picadas cheias de minas, e - para quem tem uma noção do que era aquela guerra - o rádio só trabalhava de dia e à noite não havia evacuações, ou seja, quem fosse ferido podia estar condenado a morrer na picada por falta de assistência.

Por mais protestos que houvesse por parte do capitão da referida companhia -

este sim, defendeu sempre os seus homens como se de seus filhos se tratasse - estes não foram ouvidos e a ordem teve mesmo que ser cumprida. Formou-se então a coluna; uma "Berliet" para rebenta minas e três "Unimog" e aí vão eles picada fora. Com uma noite escura como breu, com as luzes das viaturas acesas e o barulho dos motores, não havia alvo mais fácil!

Poucos quilómetros andados e o que se previa aconteceu: uma viatura accionou uma mina, a que se seguiu uma emboscada. Um soldado fica entalado nos destroços da viatura, outros são projectados para o mato, ficando no meio do fogo cruzado entre as nossas tropas e o inimigo, tudo isto debaixo da maior escuridão - uma escuridão tão grande como aquela que existia na mente de quem os mandou para lá - e com a agravante de que se enfrentava o inimigo pela primeira vez.

O leitor pode calcular o martírio por que passaram estes homens, sem qualquer meio de comunicação, com quatro feridos, um deles preso nos destroços da viatura que accionou a mina.



ARQUIVO ADFA

O que mais me revolta é que isto se passou no cumprimento de uma ordem que, a meu ver, nunca deveria ter sido dada e, muito menos, cumprida, pois quem a deu tinha conhecimento de tudo o que era previsível acontecer.

É claro que a guerra existia e tinha que

se combater, mas submeter os jovens a este massacre era desnecessário.

Esta operação, em que estivemos 32 dias, foi um autêntico fracasso. Não valeu a pena o sofrimento, muito menos as vidas que se perderam e os deficientes que causou. *

Farinho Lopes

Revista de Imprensa

Diário de Notícias

PÚBLICO

Jornal Notícias

24 horas Domingo

CORREIO da manhã

A FENACERCI EM MOVIMENTO

"É com este espírito de partilha que nos envolvemos no grupo de Reflexão da Direcção Regional de Educação de Lisboa, que assumimos uma relação de articulação permanente com organizações congéneras nacionais como a FORMEM, a APPACDM, a ACAPO, a APS, a ADFA, entre outras, e internacionais como a Inclusion Europe, a IPWH, o Grupo Europeu para o Emprego da Pessoa com Deficiência Mental, o CECOP, Comité Europeu das Cooperativas, a ARFIE ou o Intergrupo da Deficiência no Parlamento Europeu."

Fenacerci, Abril 2000

MONUMENTO AOS COMBATENTES

"Os 31 militares Terceirenses que perderam a vida combatendo nas três frentes da guerra do ex-Ultramar português - Guiné, Moçambique e Angola - foram alvo de justa homenagem póstuma, através de um monumento erigido pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, onde de forma indelével figuram inscritos os seus nomes, ficando assim perpetuados na memória de todos os seus concidadãos."

Mais Alto (FAP) - Mai/Jun00

ACIME NA INTERNET

"Devido à união com a Redevisión do antigo servidor contratado, as direcções da página Web do correio electrónico da ACIME mudaram para as seguintes: Página Web:

<http://personal3.iddeo.es/invalidosmil;>

Correio electrónico: invalidosmil@retemail.es ou Acime@retemail.es

Soldados Viejos y Estropeados - Jun00

ASSEMBLEIA GERAL DA FMAC

"Entre os dias 3 e 8 de Dezembro, terá lugar em Paris, a vigésima terceira Assembleia Geral da Federação Mundial de Ex-combatentes, Inválidos e Vítimas da Guerra (FMAC), que será organizada pela Associação Francesa UFAC e da FMAC, como o patrocínio do governo Francês."

Soldados Viejos y Estropeados - Jun00

TELETRABALHO EM PORTUGAL

"De uma forma clara ficou demonstrado que o teletrabalho tem potencialidades e resultados, os quais, permitem que esta nova forma de organização e

funcionamento laboral possa ter uma boa recepção por parte dos empregadores sejam eles públicos ou privados."

Associação (APD) - Jul00

DECLARAÇÕES DA ADFA

(...) em menos de 20 palavras, Abel Fortuna sintetiza a "desvalorização" pelo Estado da "vida difícil e angustiante" que muitos ex-combatentes portugueses na Guerra Colonial continuam a suportar e que "se reflecte nas vidas das suas mulheres e filhos".

"Ronda as seis centenas (este número refere-se à primeira consulta) o universo das pessoas que procuraram recentemente apoios do foro psíquico nos serviços clínicos prestados pela ADFA, em Lisboa e no Porto."

(...) Com o propósito de divulgar os seus objectivos e acção, paralelamente a uma procura directa da sensibilização para esses fins (junto dos poderes central e local, da Imprensa e das instituições públicas e privadas), a ADFA edita o "ELO", periódico mensal que surgiu em Novembro de 1974 e é enviado a todos os sócios, assinantes e a diversas entidades."

"A Perturbação de Stress Pós-Traumático, muitas vezes ainda designada PTSD (sigla da denominação inglesa), é uma reacção do organismo humano parecida com o chamado Síndrome do Pânico."

Jornal de Notícias - 1Jul00

EX-COMBATENTES AMEAÇAM "INVADIR" LISBOA

"Fizeram a guerra, continuam a aguardar o cumprimento da promessa governamental de criar uma rede nacional de apoio à sua doença; "stress" pós-traumático de guerra."

24 Horas - 3Jul00

DIABÉTICOS NOS ALPES

"O grupo de sete jovens diabéticos portugueses atingiu o seu objectivo e conquistou os mais de 4200 metros de altitude do Monte Branco do Tacul, nos Alpes franceses."

Correio da Manhã - 5Jul00

SOLDADOS FERIDOS EM TIMOR

"Três soldados portugueses que prestam serviço

em Timor-Leste ficaram ontem feridos na sequência do rebentamento accidental de um engenho explosivo ainda não identificado."

Correio da Manhã - 7Jul00

NOVO LIVRO

"O diário do soldado Etelvino vai de 1961 a 63 e é publicado na sua versão original sem emendas ou omissões"

Diário de Notícias - 7Jul00

INVISUAIS EM LEIRIA

"Os deficientes visuais da Região Centro vão reunir-se amanhã na freguesia da Bajouca, Leiria, no âmbito de um encontro promovido pela Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) destinado a preparar a abertura de um núcleo daquela associação na cidade do Lis."

Correio da Manhã - 7Jul00

NOVO TRATAMENTO

"A clínica de repouso Solar das Golfinhos, em Cascais, vai organizar um programa de tratamento dirigido aos principais problemas de saúde e, neste sentido, aposta fortemente na hidroterapia dinâmica."

Correio da Manhã - 7Jul00

ASSOCIAÇÕES CONTESTAM

"A Associação de Sargentos (ANS) e a Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) consideraram, em comunicados divulgados este fim-de-semana, que as alterações introduzidas no Estatuto dos Militares das Forças Armadas e aprovadas, na passada quinta-feira, pela Comissão de Defesa da Assembleia da República ficaram muito longe das suas propostas, permanecendo por resolver os problemas de fundo que afectam estes profissionais."

Correio da Manhã - 10Jul00

CIDADE PERIGOSA PARA CEGOS

"Leiria é uma das cidades portuguesas com mais perigos para os cegos, devido à falta de sensibilização das autoridades, afirmou ontem um responsável da Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO).

Público - 12Jul00

VACINA CONTRA ALZHEIMER

"Os primeiros testes em seres humanos da pri-

meira vacina para a doença de Alzheimer - NA-1792, desenvolvida pela empresa Elan Pharmaceuticals - mostraram que, pelo menos, a vacina não é prejudicial ao homem."

Público - 13Jul00

TELEFONE DE TEXTO

"(...) foi assinado, ontem, em Lisboa, um protocolo de parceria entre responsáveis da PT, Hospital Egas Moniz (seleccionará 25 pessoas surdas que farão parte do projecto) e Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova (divulgará o projecto junto dos alunos de Otorrinolaringologia), com a presença do secretário de Estado da Saúde."

Diário de Notícias - 13Jul00

CÓRNEA ARTIFICIAL DEVOLVE VISÃO

"Dois grupos distintos de cientistas afirmam ter restaurado a visão em doentes com danos irreparáveis na córnea, utilizando tecido córneo produzido por biotecnologia."

Diário de Notícias - 13Jul00

MILITARES ACUSAM GOVERNO

"A Associação Nacional de Sargentos (ANS) acusa o PS de ter mudado de posição para com os militares. Em causa está a apreciação, pelo Conselho de Ministros, de leis que, na sua opinião, põem em risco os direitos de reunião e das viúvas receberem pensões de sobrevivência."

Diário de Notícias - 17Jul00

VANTAGENS DE USAR FARDA

"Salas de estudo e computadores com Internet nos quartéis. Melhores condições no crédito à habitação. Bolsas de estudo e ajudas para pagamento de propinas no ensino superior. Estas são algumas das novas armas para seduzir voluntários para as Forças Armadas. Isto, claro está, para além da defesa da pátria."

Público - 17Jul00

TRANSPORTE PARA TODOS

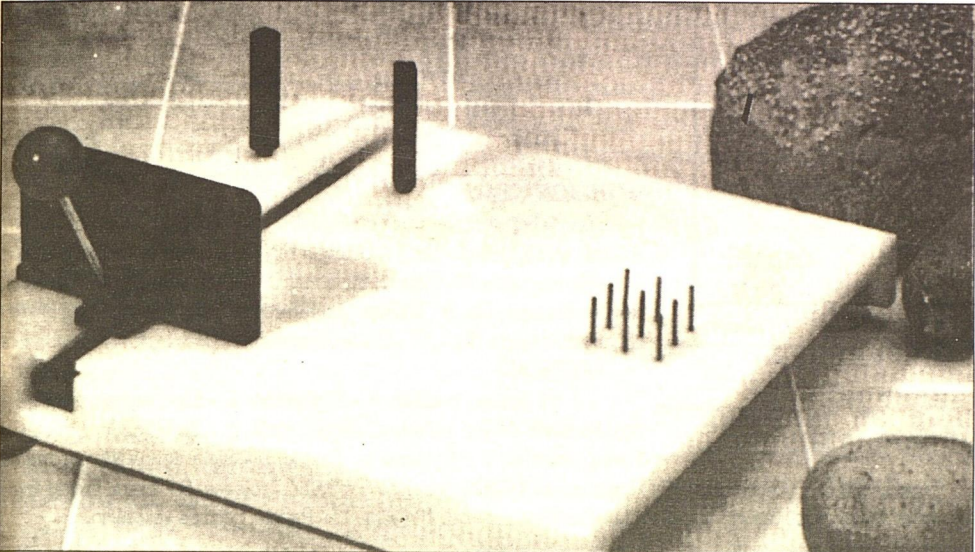
"Todos os portugueses e espanhóis e, especialmente, as pessoas com deficiências físicas vão poder, a partir de amanhã deslocarem-se de Badajoz para Évora e vice-versa num autocarro totalmente adaptado para o seu transporte."

Correio da Manhã - 18Jul00

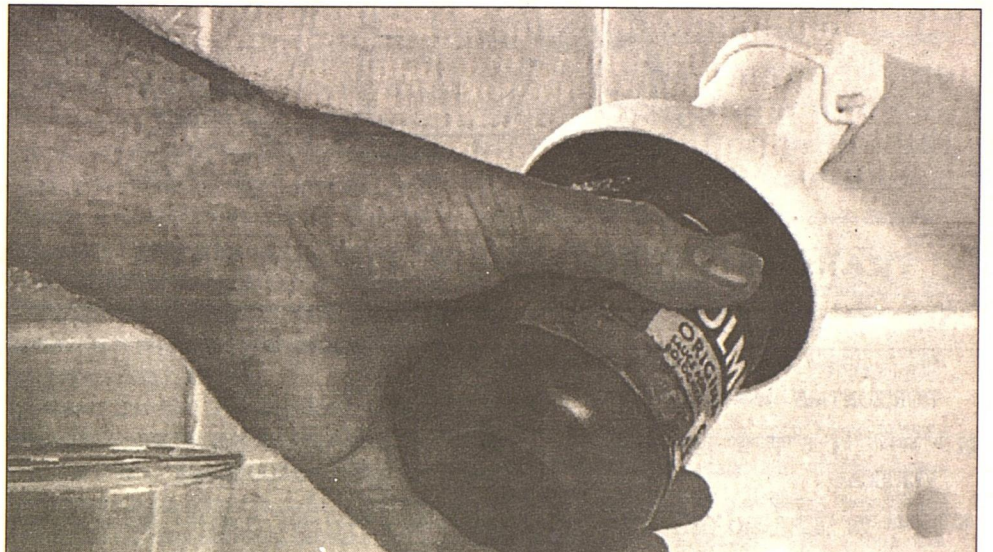


Ajudas para a vida de casa e para o lazer

FOTOS: CRPG



Tábua multiusos. Com uma superfície antiderrapante permite várias actividades como fatiar, misturar, descascar alimentos. As pegas são ajustáveis ao tamanho dos alimentos e recipientes. Se necessário pode converter-se numa tábua lisa.



Ajuda para remover tampas e cápsulas. Este dispositivo pode ser usado em qualquer lugar da casa, fixo a determinada superfície (para usar só com uma mão) ou móvel. Pode ser utilizado em quase todas as garrafas e frascos convencionais e mesmo em puxadores das portas.

Certas tarefas do dia-a-dia, e outras relacionadas com o lazer e ocupação dos tempos livres podem ficar limitadas em situações de mobilidade reduzida.

Esta limitação pode ser motivada por uma diminuição da capacidade física (permanente ou temporária) ou mesmo pelo avançar da idade.

Por este motivo deve dizer-se que os problemas relacionados com a mobilidade e acessibilidade são comuns a todos e não apenas ao grupo das pessoas com deficiência.

Esta ideia deveria orientar a concepção e construção de tudo o que nos rodeia -

utensílios, casas e outros tornando-os mais fáceis de utilizar.

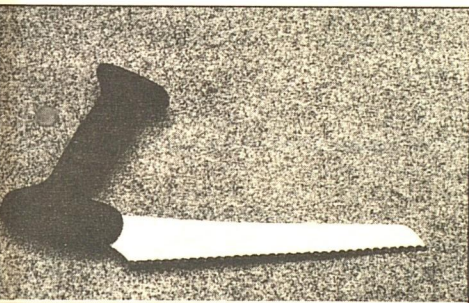
Mesmo num ambiente "ideal" poderá ser necessário recorrer ao uso de Ajudas Técnicas para conseguir uma plena acessibilidade.

Como referido no artigo anterior deve

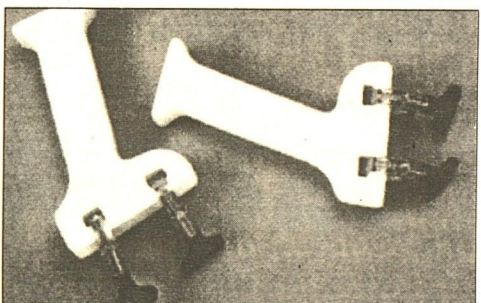
ter-se sempre em conta a especificidade do utilizador, adaptando a Ajuda Técnica a este e nunca o contrário.

De seguida são identificadas algumas Ajudas para a Vida de Casa e para o Lazer, embora exista um universo bem maior de produtos disponíveis. •

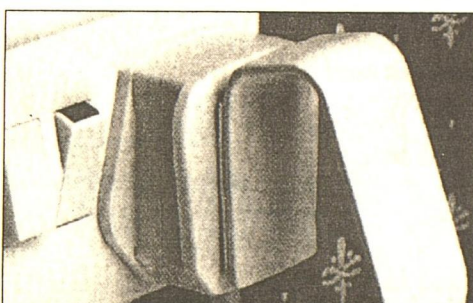
Emília Mendes e Alexandra Couto



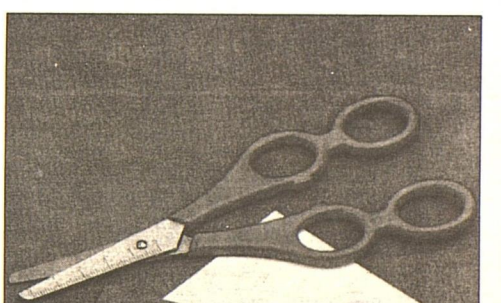
Estas facas tem um design que permite reduzir o esforço necessário para cortar os alimentos.



Estes dispositivos facilitam certas actividades como segurar e manusear uma vassoura ou pegar objectos à distancia.



Este dispositivo permite remover ou colocar as fichas dos aparelhos com maior facilidade.



Tesoura com pega dupla. Esta tesoura pode ser utilizada por pessoas com pouca força, pois permite o uso das duas mãos em simultâneo.

Orthopädie + Reha/Technik 2000

Congresso e Exposição Mundial

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) esteve presente no Congresso e Exposição Mundial Orthopädie + Reha-Technik 2000 que decorreu no Centro de Congressos de Leipzig, na Alemanha, entre 30 de Maio e dois de Junho.

Trata-se de um evento que se realiza de três em três anos, sempre em território alemão, organizado pela Associação Federal de Organizações de Tecnologia Ortopédica e que reúne técnicos e empresas da área de Ortopedia Técnica, Reabilitação e outras Ajudas Técnicas.

Este é considerado um dos melhores eventos científicos e comerciais nesta área e tem habitualmente uma participação muito elevada, reunindo o que de mais recente se faz do ponto de vista comercial e do ponto de vista de investigação e pesquisa.

A área de exposição foi distribuída por dois pavilhões, estando presentes cerca de 315 stands, representando empresas de todo o mundo.

Pode resumir-se o tipo de material apresentado por essas empresas da seguinte forma:

- Calçado ortopédico e palmilhas, sendo de destacar a presença de algumas empresas espanholas
- Material de compressão (meias elásticas e outros)
- Cadeiras de rodas e outras ajudas para a mobilidade
- Assentos moldados e adaptados
- Material para ortóteses
- Material para próteses
- Tecnologia de informação e sistemas de qualidade aplicados a esta área

Destacou-se a presença do grande número das empresas ligadas às novas tecnologias com soluções cada vez mais interessantes para esta área.

Notou-se também que esta área de trabalho parece estar rejuvenescida e o seu interesse alarga-se a um número cada vez maior, mais jovem e qualificado de profissionais, o que tem vindo a contribuir para o aparecimento de empresas com soluções e produtos inovadores.

Relativamente ao Congresso Científico que decorreu em simultâneo, este decorreu

em quatro dias seguidos de apresentações realizadas por profissionais de todo o mundo (num total de 153), abordando temas como "Aplicação de novas tecnologias nas próteses do membro superior", "Medidas de avaliação da qualidade dos produtos e serviços" entre outros, sistematicamente de grande interesse para os profissionais presentes.

O CRPG terá muito gosto em partilhar as informações ou novidades recolhidas neste evento com todos os profissionais ou utilizadores de ajudas técnicas interessados, bastando para tal contactar os Serviços de Reabilitação Funcional e Ajudas Técnicas. •

Emília Mendes



jam

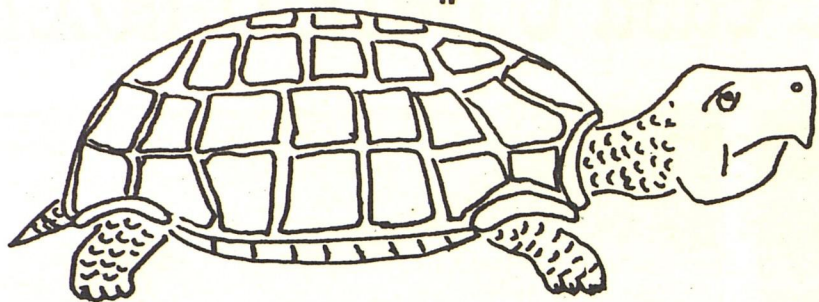
equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES

"CAGADOSSAURIUS LENTISSIMUS,"



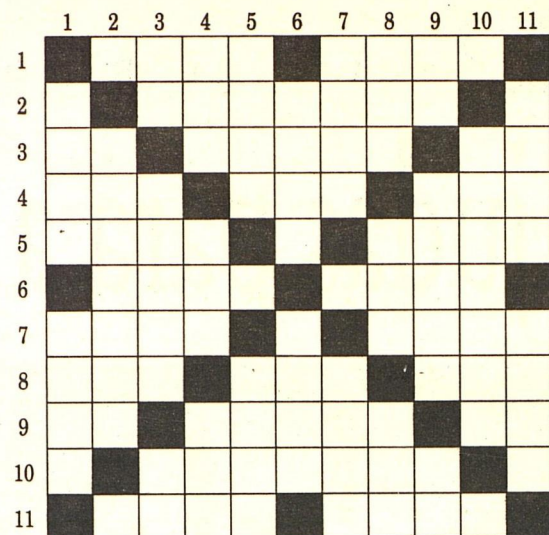
TRANSPORTA PROJECTOS DE DIPLOMA ENTRE MINISTÉRIOS

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Toma; cura. 2 - Sarratão. 3 - Ra; Otelio; AM. 4 - Gra; eco; amo. 5 - Emir; Omar. 6 - Ária; pior. 7 - Ocas; três. 8 - Dar; cas; ala. 9 - Es; vacas; ai. 10 - Carmelos. 11 - Lala; Ásia.

VERTICAIS

1 - Urge; odes. 2 - Armatas. 3 - Os; alrar; ca. 4 - Mão; ris; val. 5 - Arte; carna. 6 - Reco; mace. 7 - Calo; sala. 8 - Ufo; OIT; sós. 9 - Ro; amora; si. 10 - Amarela. 11 - amor; sala.



HORIZONTAIS

1 - Bebe; sara. 2 - Vara de madeira. 3 - Batráquio; nome de homem célebre; antes do meio dia. 4 - Grande; repetição; patrão. 5 - Chefe árabe; nome de um califa. 6 - Canção; mais mal. 7 - Rezas; número. 8 - Oferecer; cabelos brancos; fila. 9 - Existes; mamíferos ruminantes; interjeição. 10 - Navios do deserto (fig.). 11 - Classe; continente.

VERTICAIS

1 - Há pressa; poemas. 2 - Equiparas. 3 - Eles; arejar; aqui. 4 - Extremidade de um membro; sorris; anda. 5 - Habilidade; leito. 6 - Porco; aborreça 7 - Calosidade; divisão. 8 - Sigla de OVNI, em inglês; Organização Internacional do Trabalho; isolados. 9 - Letra grega; fruto silvestre; nota musical. 10 - Cor. 11 - Paixão; peça de vestuário.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptine	1.553.721.00	2.163.544.00
1.0 Conceptine AC	1.817.953.00	2.472.696.00
1.2 TDI	2.141.905.00	3.001.105.00
1.4 TDI Conceptine	1.949.992.00	3.885.793.00
1.4 Highline (Automático)	2.254.937.00	3.439.545.00
Polo		
1.0 Conceptine 3P	1.688.622.00	2.344.825.00
1.0 Conceptine 5P	1.753.654.00	2.420.866.00
1.4 Confortline 3P	1.879.333.00	3.023.489.00
1.4 Confortline 5P	1.944.325.00	3.099.529.00
1.4 Highline (AC) 3P	2.176.974.00	3.371.729.00
1.4 Highline (AC) 5P	2.241.963.00	3.447.766.00
1.4 Confortline 3P Aut.	2.110.086.00	3.239.065.00
1.4 Confortline 5P Aut.	2.175.078.00	3.315.105.00
1.4 TDI Confortline 3P	2.301.233.00	3.576.154.00
1.4 TDI Confortline 5P	2.366.225.00	3.652.195.00
1.4 TDI Conf. ABS+AC 5P	2.583.323.00	3.906.200.00
1.4 TDI Trendline 3P	2.496.711.00	3.804.864.00
1.4 TDI Trendline 5P	2.561.699.00	3.880.900.00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	1.916.633.00	3.067.130.00
1.4 Highline AC	2.405.828.00	3.639.488.00
1.9 SDI Confortline	2.268.389.00	4.412.300.00
1.9 TDI Confortline	2.449.959.00	4.624.737.00
1.9 TDI Trendline	2.831.554.00	5.071.203.00
Polo Variante		
1.4 Confortline	1.931.174.00	3.089.993.00
1.9 SDI Confortline	2.282.677.00	4.434.867.00
1.9 SDI Confortline	2.464.371.00	4.647.449.00
1.9 TDI Confortline	2.846.095.00	5.094.066.00
Golf		
1.4 Confortline 3P	2.512.696.00	3.782.073.00
1.4 Confortline 5P	2.602.765.00	3.887.454.00
1.4 Confortline JE+AC 5P	2.871.781.00	4.202.203.00
1.9 TDI Confortline 3P	2.707.119.00	4.943.164.00
1.9 TDI Confortline 5P	2.797.188.00	5.048.545.00
1.9 TDI "25 Anos" 3P	2.955.247.00	5.233.473.00
1.9 TDI "25 Anos" 5P	3.045.317.00	5.338.855.00
1.9 TDI "25 Anos" Aut. 5P	3.474.490.00	5.782.103.00
1.9 TDI Highline 3P	3.676.718.00	6.068.800.00
1.9 TDI Highline 5P	3.766.787.00	6.174.200.00
Golf Variante		
1.4 Confortline	2.652.760.00	3.945.948.00
1.9 TDI Confortline	2.899.955.00	5.168.782.00
1.9 TDI Highline	3.847.596.00	6.277.522.00
1.9 TDI Highline EC	4.077.465.00	6.546.469.00
Beetle		
1.9 TDI	3.312.090.00	5.650.980.00
1.9 TDI EC	3.523.809.00	5.898.690.00
Bora		
1.9 TDI Highline	3.916.685.00	6.358.356.00
1.9 TDI Highline EC	4.139.155.00	6.618.646.00
Passat		
1.6 Confortline	3.524.926.00	5.350.475.00
1.9 110 cx. Aut. Trendline	4.097.664.00	6.567.176.00
1.9 TDI Confortline	3.715.585.00	6.128.918.00
1.9 TDI Trendline	4.182.584.00	6.675.307.00
1.9 TDI Trendline EC	4.423.436.00	6.957.104.00
1.9 TDI Confortline Tiptronic	4.061.964.00	6.534.182.00
1.9 TDI Trendline	4.528.963.00	7.080.571.00
2.5 TDI Highline	4.931.125.00	8.580.349.00
2.5 TDI Highline Tiptronic	5.201.376.00	8.896.543.00
Passat Variant		
1.9 110 cx. Aut. Trendline	4.333.920.00	6.843.596.00
1.9 TDI Confortline	3.951.841.00	6.405.338.00

1.9 TDI Trendline	4.418.842.00	6.951.729.00
1.9 TDI Confortline Tiptronic	4.298.082.00	6.810.448.00
1.9 TDI Trendline Tiptronic	4.765.089.00	7.356.838.00
2.5 TDI Highline	5.209.777.00	8.984.177.00
2.5 TDI Highline Tiptronic	5.480.028.00	9.300.371.00
Audi A3		
Att. 1.6 3P	3.201.747.00	4.972.356.00
Att. 1.6 5P	3.304.311.00	5.092.356.00
Att. 1.9 TDI 3P	3.672.299.00	6.078.274.00
Att. 1.9 TDI 5P	3.774.863.00	6.198.274.00
Sport 1.9 TDI 3P	4.210.761.00	6.708.275.00
Sport 1.9 TDI 5P	4.313.325.00	6.828.275.00
Audi A4		
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.576.708.00	7.142.283.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.412.283.00
Audi A4 Avant		
Att. 1.9 TDI 115 cv	4.807.477.00	7.406.433.00
Sport 1.9 TDI 115 cv	5.038.246.00	7.646.432.00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.846.447.00	8.627.877.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.030.209.00	8.842.879.00
2.5 TDI	6.251.634.00	10.209.000.00
2.5 TDI Tiptronic	7.755.929.00	11.969.025.00
Audi A6 Avant		
1.9 TDI 110 cv	6.172.086.00	9.003.026.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.354.993.00	9.217.026.00
2.5 TDI	6.576.419.00	10.583.149.00
2.5 TDI Tiptronic	8.080.719.00	12.343.180.00

FIAT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Seicento		
Seicento Young	1.080.311.00	1.510.000.00
Seicento Sport	1.273.805.00	1.899.000.00
Panda Young	1.064.072.00	1.491.000.00
Punto		
1.2 S 3p	1.341.960.00	2.083.000.00
1.2 ELX 5p	1.550.507.00	2.327.000.00
1.2 16v ELX 5p	1.638.541.00	2.430.000.00
Sport 3 p	1.951.362.00	2.796.000.00
1.9 JTD ELX 5p	1.707.807.00	3.737.000.00
1.9 JTD HLX 3p	1.866.782.00	3.923.001.00
Palio		
Weekend 1.2	1.908.627.00	2.746.001.00
Weekend 70 TD	1.823.328.00	3.481.000.00
Bravo		
80 16v SX 1.2	2.070.165.00	2.935.000.00
100 16v SX 1.5 cx. Aut.	2.281.341.00	3.801.000.00
105 JTD Sport 1.9	2.480.457.00	4.641.000.00
Brava		
80 16v SX 1.2	2.070.165.00	2.935.000.00
105 JTD Stile 1.9	2.480.457.00	4.641.000.00
Marea e Marea Weekend		
Marea 80 16v SX 1.2	2.259.054.00	3.156.000.00
Marea 100 ELX 1.5 cx. Aut.	2.803.563.00	4.412.000.00
Marea 105 JTD HLX 1.9	2.932.594.00	5.170.001.00
Weekend 80 16v SX 1.2	2.259.054.00	3.156.000.00
Weekend 100 16v GLX Aut. 1.5	2.259.054.00	3.156.000.00
Weekend 105 HLX 1.9	3.018.064.00	5.270.001.00

LANCIA

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Y 1.1 Elefantino Blu	1.494.318.00	2.157.000.00
Y 1.2 cx. Autom. LS	1.962.473.00	2.809.000.00
Y 1.2 16v LS	1.688.968.00	2.488.999.00

Libra 1.6	3.508.179.00	5.236.400.00
Libra 1.9 JTD LX	3.525.158.00	5.863.300.00
Libra 2.4 JTD LX	3.727.800.00	7.015.600.00
Libra SW 1.6	3.721.854.00	5.486.400.00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.738.833.00	6.113.300.00
Libra SW 2.4 JTD LX	3.971.476.00	7.265.600.00
Lancia K 2.0	4.348.946.00	6.989.500.00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.238.997.00	8.748.600.00
Lancia K SW 2.0 20v LS	5.109.630.00	7.879.501.00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.715.00	9.09.600.00

RENAULT

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Twingo Pack 1.1	1.411.951.00	2.124.113.00
Twingo Easy 1.1	1.753.831.00	2.524.112.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.535.882.00	2.289.113.00
SI 1.4 16v 3p	1.775.309.00	2.888.113.00
RN 1.2 5p	1.600.840.00	2.325.230.00
RXE 1.4 16v 5p	1.853.087.00	2.969.230.00
RN 1.9D 5p	1.527.751.00	3.484.230.00
RXE 1.9 DTI 5p	1.731.170.00	3.702.230.00
Megane		
RTE 1.4 5P	2.176.567.00	3.343.230.00
RTE 1.4 16v AC 5p	2.467.165.00	3.663.230.00
RXE 1.9 DTI AC 5p	2.738.410.00	4.886.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut. 5p	2.934.992.00	5.116.230.00
Megane/Carrinha (Break)		
RTE 1.4 16v	2.278.644.00	3.448.230.00
RXE 1.9 DTI	2.711.777.00	4.823.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.045.111.00	5.213.230.00
Megane Classic		
RTE 1.4	2.219.302.00	3.393.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.781.146.00	4.936.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	2.977.727.00	5.186.230.00
Megane Scenic		
RTE 1.4	2.485.823.00	3.706.230.00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.009.00	5.226.230.00
RXE 1.9 DTI AC cx. Aut.	3.225.590.00	5.456.230.00
Laguna		
RXE 1.6	2.883.594.00	4.554.230.00
RXT DTI	3.240.975.00	5.474.230.00
RXE 1.9 DTI (5 lug.)	3.232.428.00	5.484.230.00
RXE Break 1.9 DTI (7 lug.)	3.317.808.00	5.584.230.00
Kangoo		
1.2	1.793.819.00	1.990.230.00
RTE 1.9 DTI	2.084.833.00	4.125.230.00
Kangoo Express		
FGTE RL 1.2	1.572.533.00	1.990.230.00
FGTE RN 1.9	1.882.043.00	2.597.230.00

OPEL

MODELO	P.BASE	P.V.P.
Agila		
1.0 XE 5p	1.278.964.00	1.837.749.00
1.2 Elegance XE 5p	1.556.025.00	2.337.750.00
Corsa		
1.0 3p	1.496.852.00	2.092.676.00
1.0 5p	1.556.681.00	2.162.678.00
"100" 1.2 5p	1.811.038.00	2.636.115.00
"100" 1.5 TD 5p	2.237.390.00	3.615.734.00
1.5 TD 5p	1.878.416.00	3.195.734.00
1.5 TD 3p	1.818.587.00	3.125.735.00
Sportive 1.5 TD 3p	2.040.809.00	3.385.734.00
Astra		
Club 1.4 4p	2.373.350.00	3.592.143.00

Club 1.7 DTI 4p	2.572.308.00	4.372.916.00
Club 2.0 DTI 5p	2.479.209.00	4.834.123.00
Elegance 1.4 5p	2.638.307.00	3.902.143.00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.821.089.00	5.234.123.00
Sport 1.4 cx. Aut. 3p	2.544.290.00	3.792.143.00
Sport 2.0 DTI 3p	2.675.790.00	5.064.123.00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.556.132.00	4.924.123.00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.521.944.00	4.884.123.00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.458.820.00	3.692.143.00
Club 1.7 DTI	2.657.778.00	4.472.916.00
Club 2.0 DTI	2.598.867.00	4.974.123.00
Elegance 1.4	2.757.965.00	4.042.143.00
Elegance 2.0 DTI	2.940.747.00	5.374.122.00
Club 2.0 DI cx. Aut.	2.641.602.00	5.024.123.00

Vectra

1.6 4p	3.084.424.00	4.809.724.00
2.0 DTI 4P	3.188.611.00	5.664.123.00
2.0 DTI Caravan	3.333.910.00	5.834.123.00
Elegance 2.0 DTI 4p	3.462.115.00	5.984.123.00
Elegance 2.0 DTI Caravan	3.607.414.00	6.154.123.00
Sport 2.0 DTI 4p	3.581.773.00	6.124.123.00
Sport 2.0 DTI Caravan	3.727.072.00	6.294.123.00

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva e isenta, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados. Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar o essencial das mesmas.

Tenho direito à indignação

Acho que já basta de tanta humilhação! Senhores realizadores, produtores, argumentistas, escritores e finalmente Ministério da Cultura que subsidia, tenham mais respeito por quem tanto sofreu na guerra colonial. Não humilhem mais o pobre Soldado que tanto sofreu nessa maldita guerra. Tenham cuidado com o que escrevem para depois ser passado para a tela, pois em muitos de nós a guerra ainda está bem presente.

Começou a fazer-se filmes sobre a guerra colonial, mas não se teve o cuidado de pedir a opinião dos principais intervenientes na mesma, desrespeitou-se completamente a sua opinião, e o mais grave é que os principais protagonistas destes filmes, são uns autênticos malandros que nada mais fizeram na guerra do que matar, destruir e violar. Uma vergonhosa mentira. O Soldado Português que passou pela guerra colonial, cometeu atrocidades é verdade, por força da guerra, mas também foi capaz e muitas vezes com as lágrimas nos olhos por ter perdido um ou mais camaradas, repartir a sua ração de combate com prisioneiros que à partida deveriam ser considerados inimigos, e como tal a tratar o pior possível. Tal não acontecia na maior parte das vezes, os inimigos capturados eram respeitados e tratados na sua condição de prisioneiros.

Sinto-me indignado com a postura da maior parte dos nossos realizadores, que só pensam em fazer dinheiro com os seus filmes, retratando em ficção só a parte mais negra, que na sua perspectiva, aconteceu na guerra. Porque não fazer referência ao bom trabalho e bom comportamento dos nossos militares em África? Porque não pensar em ouvir primeiro o ex-combatente e saber a sua opinião sobre o que pretende fazer?

Sou um ex-combatente das tropas especiais, mas nunca fui um bandido que cometeu essas barbaridades que os senhores querem fazer passar nos vossos filmes, como mensagem que generaliza.

Rejeito completamente toda essa postura de cineastas sensacionalistas que irresponsavelmente e sem qualquer respeito humilham quem deu o melhor de si quando a Nação ordenou que marchasse para a frente de combate.

E por aqui me fico, pois tudo o que escrever a partir deste ponto, será ainda mais doloroso para mim. Só quero e para terminar, exigir que me respeitem como homem e ex-combatente. Nada mais! •

Mário Inácio

Cumprir o dever... votando

No próximo dia 28 de Outubro do ano em curso, nós associados, uma vez mais

vamos ser chamados a cumprir o dever de sócio, a eleição dos Órgãos para a Direcção Nacional, Delegação do Porto e outras delegações, e núcleos.

Chegou mais uma vez a "Hora da Verdade", mostrarmos que a União, é a nossa Força. Para tal e como associado, atento, que pretende ver corrigidas as injustiças dos "Deficientes em Serviço", que não estão resolvidas, o pensarmos na nossa "Terceira Idade", e vermos criados as Casas do Conforto e do Carinho, onde todos possamos estar seguros, e assim retirarmos das nossas mentes a palavra "abandonado", são metas para atingir, etc.

Sabemos que não têm sido fácil, a todos os elementos dos Órgãos, levar a cabo a tarefa que todos nós, perante o programa de acção por eles apresentado, lhes deixamos sobre os seus ombros, tenho e penso que todos temos consciência de que nem tudo foi realizado, mas que imperou uma forte vontade e empenho colectivo, para a resolução do prometido.

Não quero aqui realçar pessoas individualmente, pois penso, que as equipas são coesas e que bastará uns pequenos reajustamentos, para que com a apresentação dum programa com uma linha de conduta, que sirva os interesses mais legítimos dos associados, para que cada sócio - e aqui chamo a atenção de cada um - para que nesse dia acorra massivamente a depôr o seu voto a nível Nacional, como de delegações e núcleos.

Tenho sentido uma certa estranheza, de não ver publicado no nosso jornal, notícia da criação da Delegação da área de Lisboa, se existem desencontros, que se sentem à mesa e olhos nos olhos, resolvam amigavelmente, em clima de cordialidade, este assunto, pois só assim, podemos sentir que a nossa associação é ainda mais forte, e deixarmos os Órgãos Nacionais se concentrarem nos assuntos de âmbito Nacional.

Não é por eu pertencer à Delegação do Porto, que estou a dar este achega, é por notar que diversificação de debates, se tem tornado útil na vida associativa.

Não me alongo mais com considerandos, apenas quero deixar um alerta: Associado, que tens o teu problema resolvido, tu que gostarias de ver resolvido o teu, dia 28 de Outubro, vem depositar o teu voto na urna.

Pessoalmente, queria convidar os associados da Delegação do Porto, em consonância com outras eleições anteriores a dizerem, estamos presentes, (somos cerca de 2.500), seria agradável constatar-mos a sua presença e verificarmos que todos estão irmanados na mesma luta, o do engrandecimento da ADFA.

Só votando, poderás fazer ouvir a tua voz. •

Júlio Sousa

VENDDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços

da ADFA
Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22



CONCESSIONÁRIO **FIAT**

Trevauto

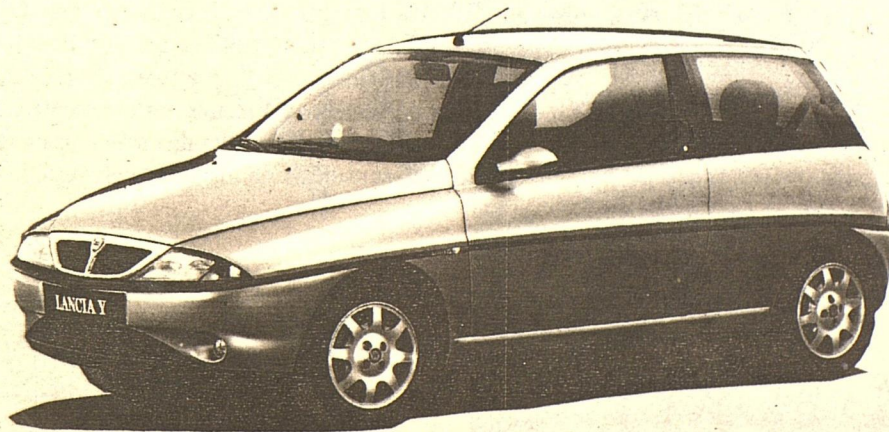
STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

VENDDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES



Contacte os serviços
da ADFA

CONCESSIONÁRIO **LANCIA**

Alberto Pinto
Telf. (01) 757 04 22

Trevauto

STAND: Rua da Venezuela, 65 A/B - 1500 LISBOA • Tels.: 760 89 60/7 - 760 82 53 - 760 52 78 • Fax: 760 52 78
STAND: Rua de Arroios, 89A - 1100 LISBOA • Tels.: 316 72 00/316 72 13 • Fax: 352 00 96
STAND: Rua Virgílio Correia 17-B - 1600 LISBOA • Tel.: 726 98 89/726 99 13 • Fax: 726 56 39 (à Estrada da Luz)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Rua Heróis de Quionga, 14A - 1100 LISBOA • Tels.: 812 32 75 - 814 47 17

Contacto: TREVAUTO 316 72 00 - Francisco Galhano

DESCONTOS:
PEÇAS: 25%
OFICINA: . . . 15%

(MANUEL CORREIA) TELF. 316 72 00
(HUMBERTO LOURENÇO) . . . TELF. 812 32 75

Nuno
Santa Clara

Tempo

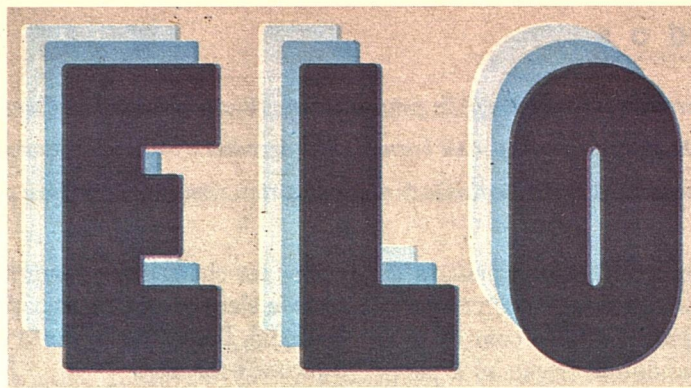
Quando estudava tática por manuais americanos, chamou-me a atenção a utilização nessas publicações da palavra "tempo". Assim mesmo, como se diz em várias línguas latinas e se utiliza em notação musical. E era precisamente essa a origem da expressão: tal como na música, há um tempo certo para uma frase, da entrada de um instrumento ou de um conjunto deles, por forma a conseguir-se a tão buscada harmonia. Por analogia, diz-se que há um "tempo" nas operações militares que, se não for respeitado, pode levar ao fracasso das mais elaboradas concepções dos Estados Maiores.

Vem isto a propósito de certas iniciativas legislativas, generosas na sua índole, mas que não tendo sido publicadas, e consequentemente produzido os seus efeitos, naquele "tempo" desejado, acabam por não atingir os objectivos visados, ou mesmo ter efeitos perversos.

Quem conhece o universo dos DFA, sabe que para eles há também um "tempo". Somos uma população que envelhece, e que tem uma mortalidade muito superior à média nacional. Se alguém duvidar disso, basta-lhe simplesmente ler a página de necrologia do ELO para ficar elucidado.

Por isso para nós o "tempo" é tão importante. Legislação com a qual, em reuniões diversas, toda a gente concorda, mas que se eterniza pelos Ministérios, não se enquadra nesse "tempo". Veja-se o caso da contagem de tempo de serviço de DFA, antes da qualificação: já há associados que estão a ser seriamente prejudicados, apenas pela inércia de quem tem o poder legislativo. O que lhes restará? Encetar uma (mais uma) batalha legal, sobre uma retroactividade que, se o "tempo" tivesse sido respeitado, nem teria existido?

A menos que, pelas altas instâncias, o conceito de "tempo" seja só o de tempo: deixar que o Tempo resolva os problemas dos DFA pela extinção biológica...



Director: António Carreiro

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 751 26 00 Fax: 21 751 26 10
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Reuniões na Sede

Associados debatem lista nacional

O próximo acto eleitoral foi alvo de debate na Sede Nacional, com o intuito de se encontrar algum consenso nacional quanto aos Órgãos Sociais Nacionais para o próximo triénio, por forma a que haja apenas uma lista concorrente.

As reuniões realizadas nos passados dias sete e 22 de Julho não trouxeram um consenso imediato, mas no último encontro avançaram-se alguns parâmetros e ficou prevista uma reunião para nove de Setembro que eventualmente poderá ser antecipada, tendo em vista a apresentação de uma proposta base.

Das reuniões tem-se destacado a necessidade de prosseguir as linhas de orientação defendidas pelo IV Congresso e a necessidade de criar uma larga base de apoio para a nova lista, congregando as delegações e Lisboa, de forma a dar maior força e melhores condições de trabalho aos futuros Órgãos.

Nas reuniões fez-se o balanço destes últimos cinco anos de exercício associativo, tecendo-se críticas e elogios aos actuais Órgãos Nacionais, dirigindo-se esses comentários essencialmente à Direcção Nacional que, como Órgão executivo, tem assumido um papel preponderante tendo já renunciado a uma nova candidatura no próximo acto eleitoral.

A necessidade de renovar e de apresentar novos elementos para os Órgãos dirigentes da ADFA trouxe a debate a questão dos dirigentes-funcionários, que tem sido criticada negativamente por alguns nestes encontros.

Uma vez mais alvo das solicitações dos representantes de algumas delegações, os



FARINHO LOPES

associados Humberto Sertório e Catarino Salgado, respectivamente os actuais presidente e primeiro vice-presidente da DN, explicaram as razões pelas quais não se encontram disponíveis para integrar uma nova equipa.

"Manter a qualidade dos serviços prestados pela ADFA é assegurar o cumprimento das resoluções do IV Congresso" foram as principais notas dominantes das intervenções dos associados presentes.

Apesar da reunião das várias sensibilidades da ADFA ter sido considerada, por si só, uma vitória associativa, parece ainda não haver uma orientação mais consistente para apresentação de uma lista que reúna uma larga base de apoio nacional até ao dia 25 de Setembro.

Nota da Redacção - À hora de fecho desta edição foi realizada uma reunião de associados em que foram indigitados Jorge Maurício e Patuleia Mendes para estabelecer os contactos necessários para a apresentação de uma proposta de trabalho sobre a constituição de uma lista para apresentar às eleições.

R.V.

Projecto inovador de mecenato social

Um desafio à solidariedade

Angariar patrocínios em Lisboa, até ao final do ano, para oferecer a 26 crianças portadoras de deficiência cadeiras de rodas eléctricas que lhes proporcionem mais autonomia e facilitem a sua integração social é o objectivo de um projecto inovador de mecenato social que foi lançado no passado dia 21 de Julho, na Sala Dourada dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

O projecto é dinamizado pela Acção Social da CML em parceria com a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) e o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian (CRPCCG), que assinaram um protocolo de cooperação.

"Uma cadeira de rodas eléctrica é muito importante para a integração social e para o desenvolvimento da criança com deficiência", realçaram os signatários do protocolo, que evidenciaram que "a criança pode movimentar-se com um grau muito maior de independência, o que lhe dá maior autonomia face ao meio e à família e facilita a sua participação nas actividades com crianças da mesma idade."

O Centro de Reabilitação Calouste Gulbenkian identificou 26 crianças que necessitam de resposta urgente. O projecto vai numa primeira fase, procurar no tecido empresarial patrocinadores que adquiram uma cadeira de rodas eléctrica para cada uma destas crianças, tendo já sido assegurados alguns apoios.

Estiveram presentes na assinatura do protocolo o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, a vereadora da Acção Social, Maria Calado, e os responsáveis da APPC e da CRPCCG. Em representação da ADFA esteve o associado Manuel Lopes Dias.

R.V.

Novos descontos

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas acordaram com a ADFA descontos de 30 por cento, para os nossos associados, na utilização do seu Parque de Campismo, em Olhão.

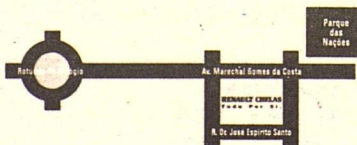
R.V.



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fim-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desmanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157

RENAULT CHELAS
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA